

**PROJETO
DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE
DADOS ESTRATÉGICOS E DE FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA**

**Subprojeto III
Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia**

Produto 02

**Elaboração de projeto de Modelo de Gestão, contendo marco regulatório, estrutura e
instrumentos de gestão**

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO

Convênio 524/2008 Secretaria da Educação / SUPROF – DIEESE

2012


DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Governo do estado da Bahia

Governador

Jaques Wagner

Vice – governador

Otto Roberto Mendonça de Alencar

Secretário da Educação

Osvaldo Barreto Filho

Subsecretário

Aderbal de Castro Meira Filho

Chefe de Gabinete

Paulo Pontes da Silva

Superintendente de Educação Profissional

Antonio Almerico Biondi Lima

Equipe Técnica

Carlos Alberto Menezes

Cristina Kawalkiewisch

Maria da Gloria Vieira Lima Franco e Passos

Maria Renilda Daltro Moura

Marlene Virgens Pimentel

Martha Maria Rocha Ramos dos Santos

Neivia Maria Matos Lima

Secretaria da Educação do Estado da Bahia

6ª Avenida, nº 600, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador - BA - CEP 41.745-000

Tels: (71) 3115-1401 - (71) 3115-9094 - www.educacao.ba.gov.br

Superintendência de Educação Profissional – SUPROF

Tel.: (71) 3115-9018 - suprof@secba.gov.br

DIEESE**Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

Rua Aurora, 957 - 1º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 012009-001

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: institucional@dieese.org.br / <http://www.dieese.org.br>

Direção Sindical Executiva**Zenaide Honório – Presidenta**

Sind. dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Josinaldo José de Barros - Vice-presidente

STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel

Antônio de Sousa – Secretário

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região

Alberto Soares da Silva - Diretor Executivo

STI de Energia Elétrica de Campinas

João Vicente Silva Cayres - Diretor Executivo

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Edson Antônio dos Anjos – Diretor Executivo

STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba

Neiva Maria Ribeiro dos Santos - Diretora Executiva

Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

José Bittencourt Barreto Filho - Diretor Executivo

Sindicato dos Eletricistas da Bahia

José Carlos Souza - Diretor Executivo

STI de Energia Elétrica de São Paulo

Luís Carlos de Oliveira - Diretor Executivo

STI Metalúrgicas de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região

Mara Luzia Feltes - Diretora Executiva

Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul

Roberto Alves da Silva - Diretor Executivo

Fed. dos Trab. em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo

Maria das Graças de Oliveira - Diretor Executivo

Sind. dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Escritório Regional - BA

Rua do Cabral, 15 - Nazaré - Salvador - BA - CEP 40055-010

Tel.: (71) 3242-7880 - Fax: (71) 3326-9840 - erba@dieese.org.br

Direção Sindical**Mauricio Jansen Klajman – Coordenador**

ST no Ramo Químico e Petroleiro do Estado da Bahia

Elder Fontes Perez – Secretário

Sindicato dos Bancários da Bahia

Antonio Claudio dos Santos Silva – Diretor

Sindicato dos Vigilantes do Estado da Bahia

Edmilson Rosa de Almeida – Diretor

FTI Alimentos e Afins do Estado da Bahia

Grigório Mauricio dos Santos Rocha – Diretor

ST em Água e Esgoto da Bahia

Natan Batista dos Santos – Diretor

STI Metalúrgicos do Estado da Bahia

Paulo Roberto Silva dos Santos – Diretor

STI Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagens, Montagem e Manutenção Industrial da Bahia

Supervisão técnica

Ana Georgina Dias

Ficha Técnica do Convênio SEC/SUPROF/DIEESE**Coordenação**

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Ana Georgina da Silva Dias – Supervisora Técnica do ER/Bahia

Patrícia Lino Costa – Supervisora Técnica de Projetos

Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos

Lavínia Maria de Moura Ferreira - Coordenadora do Projeto e do Subprojeto III

Maria Valéria Monteiro Leite – Coordenadora do Subprojeto I

Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador do Subprojeto II

Financiamento

Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO	6
II. INTRODUÇÃO	8
III. ELABORAÇÃO DO ESTUDO DOS MODELOS DE GESTÃO DAS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	10
IV. MAPEAMENTO DAS AUTARQUIAS E EMPRESAS PÚBLICAS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	13
V. LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DAS NORMATIVAS DAS AUTARQUIAS ESTADUAIS	20
VI. PREPARAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E RESULTADO DAS OFICINAS	25
VII. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA FINAL DO MODELO DE GESTÃO	28
VIII. DOCUMENTOS DA PROPOSTA DO MODELO DE GESTÃO	35
IX. ANEXOS Relatório circunstanciado da 1ª oficina: Apresentação do estudo dos modelos de gestão das redes estaduais de Educação Profissional Relatório circunstanciado da 2ª Oficina: Intercâmbio sobre modelos de gestão entre as redes estaduais de Educação Profissional – Bahia, Ceará e Paraná Relatório circunstanciado da 3ª Oficina: Desenho do modelo de gestão, marco regulatório, estrutura e instrumentos	55

I. APRESENTAÇÃO

Este relatório sistematiza os resultados do **Produto 02: Elaboração de Projeto de Modelo de Gestão, contendo marco regulatório, estrutura e instrumentos de gestão** realizado pelo **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)** no âmbito do Convênio SEC/DIEESE nº 524/2008 do **Subprojeto III Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia**.

O Subprojeto III tem como objetivo geral apoiar a meta de fortalecimento da gestão operacional da educação profissional da Bahia, através do desenvolvimento de ferramentas adequadas e da capacitação dos gestores e atores sociais para a plena utilização das mesmas, em consonância com o Plano de Educação Profissional, lançado pelo governo do estado da Bahia em 2007. A estratégia e principais ações do Plano buscam ampliar a oferta de vagas e reestruturar a educação profissional do estado e com isso implantar as bases para a construção de uma política pública para a educação profissional, vinculada às demandas do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado e dos territórios de identidade¹. Essa política direciona-se aos jovens, trabalhadores e trabalhadoras, alunos e alunas oriundos da escola pública, e objetiva elevar a escolaridade e a inserção cidadã dessas pessoas no mundo do trabalho. O Plano serve também como elemento articulador das ações públicas e privadas relativas à educação profissional, estabelecendo o seu marco regulatório, o modelo de gestão e os recursos necessários à sua operacionalização.

As ações propostas no Subprojeto III visaram apoiar o fortalecimento da gestão operacional da educação profissional na Bahia, por meio do desenvolvimento de ferramentas adequadas e da capacitação dos gestores e atores sociais para o pleno uso das mesmas. Para atingir o objetivo principal deste produto, qual seja elaborar uma proposta de modelo de gestão para a educação profissional, foram desenvolvidas várias atividades desde a elaboração de estudos e subsídios até a promoção do diálogo com as equipes de gestores e técnicos da Superintendência de Educação Profissional (Suprof) buscando a construção coletiva da proposta final do projeto.

Após esta apresentação, segue-se um capítulo introdutório que explicita a concepção e a estratégia de desenvolvimento do projeto. Os três capítulos seguintes tratam dos estudos e subsídios produzidos, seus conteúdos e resultados. O capítulo VI descreve o processo de diálogo e construção coletiva da proposta nas três oficinas realizadas. Por último, os capítulos VII e VIII retomam o objetivo principal deste produto, descrevendo o processo de elaboração da proposta final do modelo de gestão e sistematizando os documentos da proposta. Os

¹ Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, que é reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (§ 1º decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010)

anexos contêm os relatórios circunstanciados das três oficinas que foram realizadas referentes ao subproduto 2.1 – *Realização de oficinas com a equipe da Secretaria de Educação sobre desenho do modelo de gestão, apresentação dos modelos de autarquias e discussão da proposta final de projeto de modelo de gestão.*

II. INTRODUÇÃO

O processo de construção da proposta para o projeto de modelo de gestão da educação profissional da Bahia inicia-se com a elaboração da estratégia a ser desenvolvida para construção deste projeto. Desde o início, tinha-se em mente que caberia aos gestores, assessores e técnicos da Suprof, indicados pelo titular da Superintendência, o desenvolvimento da concepção, o desenho e a elaboração da proposta do modelo de gestão ficando a cargo do DIEESE:

- i) A elaboração de estudos técnicos para subsidiar as decisões a serem tomadas;
- ii) Promoção do diálogo com e entre os gestores e equipe da Suprof;
- iii) Sistematização dos processos, estudos e propostas elaboradas na forma de projetos de implantação.

Com base nessa estratégia, o processo se inicia com a elaboração dos estudos técnicos. Estes estudos tomaram como base outros modelos e experiências identificadas como referências no tema. O Estudo dos Modelos de Gestão já estava previsto no plano de trabalho do Convênio. Os demais foram elaborados por iniciativa do DIEESE ou foram demandados de acordo com a necessidade manifestada pelos gestores, técnicos e assessores durante as oficinas de construção do Projeto. Além disso, foi realizado um levantamento da bibliografia pertinente ao tema em questão, qual seja educação profissional, organização da educação profissional, gestão da educação profissional, entre outros temas correlatos. Estas referências estão citadas em cada estudo respectivamente, particularmente no Estudo dos Modelos de Gestão. Cada um a seu tempo, mas na sequência em que foram elaborados, os estudos foram:

- a) Estudo dos Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional;
- b) Levantamento e Sistematização das Normativas das Autarquias Estaduais;
- c) Mapeamento das Autarquias e Empresas Públicas do governo do Estado da Bahia

Quanto à estratégia de promoção do diálogo entre os gestores e equipe da Suprof, esta tinha como objetivo identificar as visões, expectativa e construção de decisões sobre o modelo a ser proposto. Para viabilizar essa estratégia foram realizadas as oficinas, que foram em número de três. A primeira e a segunda foram realizadas em novembro de 2010. A terceira foi realizada em julho de 2011. Nos intervalos de realização das oficinas, principalmente entre a segunda e a terceira, foram realizados diálogos com equipes e gestores da Suprof através de contatos e reuniões.

Finalmente, a última estratégia, que foi a de sistematização dos processos, estudos e propostas, foi elaborada na forma de relatório de cada etapa e procedimento. Essa estratégia teve como objetivo guardar a memória e os resultados do desenvolvimento desse produto enquanto processo. O seu resultado final, que foi a elaboração do projeto em si, está

sistematizado na forma de uma minuta de projeto de implantação, contendo exposição de motivos e esboço de projeto.

III. ELABORAÇÃO DO ESTUDO DOS MODELOS DE GESTÃO DAS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Estudo dos Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional é o Produto 01 do Subprojeto III deste convênio. Ao mapear os distintos modelos de gestão das redes estaduais de educação profissional, suas características, organização e marco regulatório, o referido estudo tinha por objetivo específico fornecer informações e subsídios para os gestores da educação profissional da Bahia na tomada de decisões sobre o modelo próprio de gestão a ser adotado para esta política pública no estado.

O estudo teve como base os resultados da pesquisa realizada nas redes estaduais de educação profissional. O seu desenvolvimento inicia-se em maio de 2009 e se encerra em dezembro de 2010. Os resultados desse estudo estão sistematizados em um relatório específico entregue à Suprof e também fazem parte do livreto publicado no âmbito deste convênio no Subprojeto III. Nos tópicos a seguir estão descritos a metodologia da pesquisa e o sumário do estudo.

A Pesquisa sobre os Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional

A construção do roteiro

Para a pesquisa sobre o modelo de gestão das redes estaduais de educação profissional foi elaborado um roteiro de questões a ser respondido e preenchido pelos gestores e técnicos de cada estado. Na elaboração deste roteiro levaram-se em conta as informações que foram coletadas junto à Sec/Suprof e complementadas através de levantamentos realizados nos respectivos *sites* das secretarias estaduais às quais a educação profissional está subordinada.

Com essas informações preliminares foi possível construir um cadastro com os dados da educação profissional nos 26 estados e no Distrito Federal. Além das informações básicas como o nome do gestor, denominação do cargo, contatos dos assessores e secretárias, telefone, e-mail, essa relação continha ainda as secretarias de estado às quais a educação profissional se vincula, ou ainda se o órgão gestor pertencia à administração direta ou era uma autarquia da administração indireta. Esse cadastro forneceu desde já uma boa referência do perfil da gestão das redes estaduais de educação profissional.

Todos esses insumos e subsídios permitiram contemplar no roteiro a diversidade e as especificidades que caracterizam a educação profissional no conjunto das redes estaduais. A primeira versão foi submetida à apreciação de técnicos, diretores e do superintendente da Suprof que sugeriram modificações e inclusão de questões, todas pertinentes e incorporadas.

Durante o encontro de gestores estaduais realizado em Salvador em dezembro de 2009 outras informações foram levantadas e a partir daí elaborou-se a versão final do roteiro. As questões do roteiro contendo perguntas abertas e fechadas foram agrupadas em quatro blocos, a saber:

- a) Identificação;
- b) Estrutura física, matrículas e oferta de cursos;
- c) Organização, gestão, serviços, regulação e financiamento;
- d) Relacionamento com outros atores da educação profissional no estado.

A participação da equipe técnica desse estudo no encontro de gestores estaduais em 2009 foi fundamental para o entendimento dos principais elementos e questões que caracterizam a educação profissional nas redes estaduais, além de ter facilitado os contatos que foram realizados para o levantamento das informações.

O levantamento das informações

O levantamento das informações se iniciou em março de 2010 e foi realizado por telefone e através de correspondência eletrônica. À medida que cada estado enviava o roteiro preenchido, o mesmo era submetido a uma análise crítica para verificação de lacunas e inconsistências, as quais eram complementadas e corrigidas junto aos responsáveis pela informação. O roteiro foi respondido por 21 estados e o Distrito Federal. Não responderam ao roteiro os estados do Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba e Piauí.

A tabulação e sistematização das informações

Foi elaborado o plano tabular em *software* apropriado. Para a tabulação foi elaborada uma máscara no programa, tendo em vista as perguntas e respostas do roteiro de questões. Esta máscara corresponde ao dicionário do questionário, onde as respostas foram categorizadas mediante a criação de uma legenda para cada padrão de resposta, permitindo assim o cruzamento de variáveis e análises de frequências. Algumas questões não foram respondidas por alguns estados e outras foram respondidas de forma inconsistente, gerando lacunas que podem ser verificadas parcialmente em algumas tabelas e de maneira completa na base de dados que foi gerada. Com a base de dados pronta foram gerados frequências e cruzamentos, que por sua vez deram origem às tabelas e gráficos deste relatório. Para preenchimento das lacunas, foram levantados dados complementares junto ao Ministério da Educação (MEC), especificamente no Censo Escolar realizado pelo INEP.

Quadro 01 - Sumário do Estudo dos Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional

I. APRESENTAÇÃO	5
II. INTRODUÇÃO	9
III.A PESQUISA SOBRE OS MODELOS DE GESTÃO DAS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	15
IV. ESTRUTURA FÍSICA E PERFIL DAS MATRÍCULAS NAS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	17
V. MODELO DE GESTÃO, CONTRATAÇÃO, SERVIÇOS, CONTROLE SOCIAL E MARCO LEGAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	30
VI. OS DESAFIOS DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS REDES ESTADUAIS	37
VII. REFERÊNCIAS	39
VIII. ANEXOS	40

IV. MAPEAMENTO DAS AUTARQUIAS E EMPRESAS PÚBLICAS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

A partir da realização da primeira oficina, foi sugerido pelos gestores e técnicos da Suprof o mapeamento da estrutura e organização de algumas autarquias e empresas da administração indireta do governo do estado da Bahia. Foi incluído também o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA. As entidades e empresas sugeridas e que responderam às entrevistas e ao roteiro de questões foram:

1. Superintendência de Construções Administrativas da Bahia - SUCAB
2. Instituto Anísio Teixeira - IAT
3. Empresa Baiana de Alimentos - EBAL
4. Empresa Baiana de Água e Saneamento - EMBASA
5. Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA
6. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFBA
7. Instituto de Gestão das Águas e Clima - INGÁ

Dessas entidades acima, três são autarquias (SUCAB, IFBA e INGÁ), três são empresas públicas (EBAL; EMBASA e EBDA) e o IAT é um órgão classificado como regime especial da administração direta.

Foi realizado um levantamento de informações preliminares através dos *sites* dessas instituições disponíveis na internet. As informações foram complementadas com entrevistas junto aos gestores dessas organizações. Para isso foi elaborado um roteiro de questões.

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA O LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES/ENTREVISTA

1. Em relação à gestão, quais as atribuições e competências do órgão central (Secretaria à qual está vinculada) e quais as atribuições e competências desta entidade?
 - a) Gestão dos Recursos Humanos
 - b) Execução Orçamentária
 - c) Contratação de Serviços
 - d) Captação de recursos de outras instituições
2. Quais serviços são terceirizados?
3. Esta entidade utiliza sistema de Custos? E de Estoques?
4. Esta entidade realiza planejamento orçamentário?

5. Esta entidade possui unidades descentralizadas? Se possuir, quantas são as unidades e quais suas atribuições e competências?
6. Em sua opinião, quais os principais desafios em relação à gestão enfrentados por esta entidade? E os entraves?
7. Em sua opinião, que mudanças importantes foram implementadas em relação à gestão?

Para sistematização das informações foi elaborado um quadro contendo os principais tópicos, reunindo assim as informações captadas: Ano de Constituição; Secretaria; Área de Atuação; Estrutura Organizacional; Formas de Contratação de Pessoal; Gestão dos Recursos Humanos; Origem dos Recursos; Serviços Terceirizados; e Unidades Descentralizadas.

Quadro 1.1 - Superintendência de Construções Administrativas da Bahia - SUCAB	
Personalidade Jurídica	Autarquia
Ano de Constituição	1998
Secretaria	Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR
Área de Atuação	Gestão da política de edificações públicas
Estrutura Organizacional	Diretor geral, Diretorias e Coordenações
Formas de Contratação de Pessoal	Estatutários, REDA e Cargos Comissionados
Gestão dos Recursos Humanos	A SUCAB tem uma coordenação de RH ligada diretamente à área administrativa e pretende mudar para que fique subordinada à área Administrativo-Financeira. Pretende-se reduzir a distância entre o diretor Administrativo-Financeiro e o coordenador de RH.
Origem dos Recursos	Recursos descentralizados das secretarias para executar as obras e recursos orçamentários do governo do estado
Serviços Terceirizados	Segurança e Asseio e Conservação
Unidades Descentralizadas	Não existem, embora sejam necessárias em função dos deslocamentos dos poucos fiscais existentes no interior, para acompanhar melhor as obras. A quantidade de obras e a distância da capital inviabilizam um acompanhamento mais minucioso.

Quadro 1.2 - Instituto Anísio Teixeira – IAT	
Personalidade Jurídica	Regime especial da administração direta
Ano de Constituição	2004
Secretaria	Secretaria da Educação
Área de Atuação	Planejar e coordenar estudos e projetos referentes a ensino, pesquisa, experimentações educacionais e capacitação de recursos humanos na área de educação.
Estrutura Organizacional	Diretor Geral, Unidades Técnicas, Diretores e Coordenadores
Formas de Contratação de Pessoal	Estatutários, REDA, Cargos Comissionados e Terceirizados
Gestão dos Recursos Humanos	A gestão de recursos humanos é centralizada na Sec/Superintendência de Desenvolvimento de Pessoal (SUDEP). Contudo, é desenvolvido no IAT o Programa de Bem com Vida no Trabalho que tem por objetivo proporcionar atividades de integração e melhoria nas relações interpessoais.
Origem dos Recursos	Recursos orçamentários do governo do estado
Serviços Terceirizados	Conservação e Limpeza, Alimentação, Reprografia, Hospedagem, Lavanderia e Fornecimento de passagens áreas e terrestres.
Unidades Descentralizadas	16 (dezesesseis) Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) 25 (vinte e cinco) Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Quadro 1.3 - Empresa Baiana de Alimentos - EBAL	
Personalidade Jurídica	Sociedade por ações de capital autorizado e pessoa jurídica de direito privado.
Ano de Constituição	1980
Secretaria	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria e Comércio
Área de Atuação	Distribuição de Alimentos
Estrutura Organizacional	Presidência, Diretorias e Gerências

Quadro 1.3 - Empresa Baiana de Alimentos - EBAL

Formas de Contratação de Pessoal	CLT e Terceirizados
Gestão dos Recursos Humanos	Gerência de RH
Origem dos Recursos	Da sua atividade operacional, vendas de mercadorias, e Recursos orçamentários do governo do estado
Serviços Terceirizados	Segurança Patrimonial, Asseio e Conservação, Informática, Transporte e Logística
Unidades Descentralizadas	300 Lojas; 5 Centrais de Distribuição, 6 mercados (CEASA) e uma unidade de administração central. Estas unidades não têm autonomia

Quadro 1.4 - Empresa Baiana de Água e Saneamento - EMBASA

Personalidade Jurídica	Sociedade de economia mista de capital autorizado e pessoa jurídica de direito privado. O Governo do Estado da Bahia é o seu acionista majoritário.
Ano de Constituição	1971
Secretaria	Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR
Área de Atuação	Saneamento básico e distribuição de água potável
Estrutura Organizacional	Presidência, Assessoria, Diretorias e Conselhos
Formas de Contratação de Pessoal	CLT e terceirizados
Gestão dos Recursos Humanos	O nível central elabora as políticas de RH e as acompanha, além de coordenar os programas de capacitação e algumas atividades centralizadas de administração de pessoal
Origem dos Recursos	Da sua atividade operacional e Recursos orçamentários do governo do estado
Serviços Terceirizados	Segurança Patrimonial, Asseio e Conservação e trabalhadores da operação que vêm sendo substituídos por funcionários próprios contratados através de concurso público.
Unidades Descentralizadas	19 Unidades Regionais As unidades regionais têm autonomia para o exercício de funções de caráter mais executivo no que se refere à gestão de

Quadro 1.4 - Empresa Baiana de Água e Saneamento - EMBASA

	<p>RH</p> <p>Dispõem de um fundo rotativo que as possibilita realizar pagamentos aos fornecedores locais de materiais não estocáveis e serviços emergenciais</p> <p>O processo de contratação é centralizado, mas a gestão dos contratos é descentralizada</p>
--	--

Quadro 1.5 - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA

Personalidade Jurídica	Empresa Pública
Ano de Constituição	1991
Secretaria	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI)
Área de Atuação	Pesquisa Agropecuária; Assistência técnica e extensão rural; Classificação de produtos de origem vegetal; Fomento em agropecuária; Agroindustrialização, com sustentabilidade para o Estado da Bahia
Estrutura Organizacional	Diretor Presidente e Diretores Executivos
Formas de Contratação de Pessoal	CLT, Estatutários Cedidos e temporários
Gestão de Recursos Humanos	A EBDA desenvolve atividades de contratação e identificação de empregados, manutenção e atualização de cadastro, remuneração, recolhimento, entre outros.
Origem dos Recursos	Recursos orçamentários do governo do estado
Serviços Terceirizados	Segurança Patrimonial; Asseio e Conservação; Recepção; Copa; Manutenção e Informática
Unidades Descentralizadas	Possui 20 gerências regionais, cujas competências e atribuições estão descritas no Regimento Interno da Empresa

Quadro 1.6 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFBA

Personalidade Jurídica	Autarquia Federal
Ano de Constituição	1909
Secretaria	Ministério da Educação
Área de Atuação	Educação tecnológica e superior
Estrutura Organizacional	Reitor, Pró-reitores, Chefes de Departamento, Diretores de Campus e Coordenadores
Formas de Contratação de Pessoal	Estatutários e Cargos Comissionados
Gestão de Recursos Humanos	A Reitoria, com autorização do MPOG. O “professor equivalente” pode ser utilizado para realocação.
Origem dos Recursos	Orçamento fiscal do governo federal Captam recursos alugando espaço para eventos. Captam recursos de financiadores de projetos de pesquisa.
Serviços Terceirizados	Segurança Patrimonial e Asseio e Conservação
Unidades Descentralizadas	Possui 15 <i>Campi</i> Para compras os <i>Campi</i> têm autonomia (à exceção de contratos de apoio, cuja coordenação é feita pela Reitoria e o controle pelos <i>Campi</i>)

Quadro 1.7 - Instituto de Gestão das Águas e Clima - INGÁ

Personalidade Jurídica	Autarquia
Ano de Constituição	2008
Secretaria	Secretaria do Meio Ambiente
Área de Atuação	Gerir e executar a Política Estadual de Recursos Hídricos e de Prevenção, Mitigação e Adaptação dos Efeitos das Mudanças Climáticas
Estrutura Organizacional	Conselho de Administração, Gabinete, Procuradoria Jurídica, Diretorias Regionais e Diretorias do Nível Central.
Formas de Contratação de Pessoal	Estatutários, REDA e Cargos Comissionados
Gestão de Recursos Humanos	-
Origem dos Recursos	Orçamento do governo do Estado Convênios e contratos de ordem público-privada Multas por infração de leis relacionadas
Serviços Terceirizados	Segurança Patrimonial e Asseio e Conservação
Unidades Descentralizadas	Possui 11 unidades descentralizadas

V. LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DAS NORMATIVAS DAS AUTARQUIAS ESTADUAIS

A partir do estudo dos modelos de gestão e após a realização da 1ª oficina foi constatada a necessidade complementar aquele estudo com o levantamento e sistematização das normativas de algumas redes estaduais que foram selecionadas a partir das sugestões dos gestores e da equipe técnica da Suprof. As redes selecionadas foram: Acre, Amazonas, Ceará, São Paulo e Paraná.

Desses cinco estados, apenas o Paraná não possui uma estrutura descentralizada, seja autarquia (Acre, Amazonas, São Paulo) ou uma organização social (Ceará). Mas neste último a gestão da educação profissional também é realizada pela Secretaria Estadual de Educação. Ainda entre os estados que possuem autarquias para gestão da educação profissional, apenas no Acre esta autarquia é vinculada à secretaria de educação. Nas demais são vinculadas às secretarias de ciência e tecnologia.

No Acre, a entidade gestora é o Instituto de Educação Profissional Dom Moacir Greschi, IDEP, autarquia criada pela Lei 1.695/05 através de projeto do poder executivo. Antes da transformação em autarquia, a educação profissional no estado estava sob a responsabilidade da Gerência de Educação Profissional – GEPRO, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Educação. Ainda enquanto GEPRO, foi criada uma rede de Centros de Educação Profissional, com atuação nas áreas Saúde, Meio Ambiente e Serviços. São quatro unidades que oferecem cursos técnicos e de formação inicial e continuada para jovens e trabalhadores.

O Cetam, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, é uma autarquia vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Desenvolve parcerias com instituições de caráter público estadual e municipal, organizações não governamentais e outras entidades.

O Instituto Centro de Ensino Tecnológico – Centec é uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, que foi qualificado pelo Governo do Estado do Ceará como organização social - OS. No Ceará, a gestão da oferta de educação profissional fica a cargo de duas secretarias de estado. A Secretaria de Ciência e Tecnologia tem a responsabilidade de ofertar a educação profissional subsequente através de contratos de gestão firmados com o Centec. Enquanto o ensino médio integrado é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação, através da Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico.

No Paraná, a gestão da educação profissional é realizada pelo Departamento de Educação e Trabalho, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Educação. Este órgão foi instituído em 2003 encerrando as atividades da Agência para o Desenvolvimento da Educação Profissional – PARANATEC, que até 2002 vinha gerenciando as atividades relativas à oferta da educação profissional no estado, instituída como resultado da implementação do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio no Paraná – PROEM. A instituição na

Secretaria de Educação do Departamento de Educação Profissional retoma a gestão da educação profissional no âmbito do sistema público estadual de ensino.

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps, foi criado pelo Decreto-lei de 6 de outubro de 1969, como entidade autárquica, com sede e foro na capital do estado, investido de personalidade jurídica, com patrimônio próprio e autonomia administrativa financeira, didática e disciplinar e transformado em Autarquia de Regime Especial. O Ceeteps é vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia.

O Quadro 02 abaixo traz as principais referências das normativas de cada uma dessas estruturas.

Quadro 02 – Secretarias, Entidade Gestora e Natureza das Entidades – Redes Estaduais selecionadas - 2010

Redes Estaduais	Secretaria à qual a Educação Profissional está vinculada	Entidade Gestora da Educação Profissional	Natureza da Entidade	Principais Normativas	Descrição
Acre	Secretaria da Educação	Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacir Grechi - IDEP	Autarquia	Lei 1.695/05 de 21/12/2005	Cria a entidade de natureza autárquica dotada de autonomia administrativa, financeira e pedagógica vinculada à Secretaria de Estado de Educação Entidade responsável pela formulação e implementação da política e do Plano Estadual de Educação Profissional
				Resolução do CEE 012/2005	Instrui e orienta procedimentos sobre a educação profissional de acordo com a Lei Nº 9.394/96 e Decreto Federal Nº 5.154/2004
				Estatuto do Instituto	Elaborado em 2006 e trata da Denominação e Personalidade Jurídica; Finalidades, Princípios, Objetivos, Competências; Patrimônio, Receita e Gestão; Estrutura Organizacional e dos Cargos; Gestão das Unidades Descentralizadas; Regime financeiro e pessoal;
Amazonas	Secretaria da Ciência e Tecnologia	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM	Autarquia	Lei 2816/2003 de 24/07/2003	Cria a autarquia integrante da administração indireta do poder executivo Promove diretamente a Educação Profissional no âmbito estadual, nos segmentos básico, técnico e tecnológico, através da formação, qualificação e requalificação de profissionais
Ceará	Secretaria da Ciência e	Instituto Centro de Ensino Tecnológico -	Organização Social	Decreto 25.927 de 29/06/2000	Qualifica o CENTEC como uma Organização Social

Quadro 02 – Secretarias, Entidade Gestora e Natureza das Entidades – Redes Estaduais selecionadas - 2010

Redes Estaduais	Secretaria à qual a Educação Profissional está vinculada	Entidade Gestora da Educação Profissional	Natureza da Entidade	Principais Normativas	Descrição
	Tecnologia e Secretaria da Educação	CENTEC		Estatuto do Instituto	Elaborado em fevereiro de 1999, trata: Características e natureza da Instituição; dos Objetivos; Recursos Financeiros; Administração e Organização; Conselho Administrativo; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Recursos Humanos; Patrimônio; Disposições Gerais e Transitórias
	Secretaria da Educação	CEDET - Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico	Órgão da Administração Direta	Lei 14.273 de 19/12/2008	Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação
				Decreto 29.139 de 26/12/ 2007	Regimento da SEDUC – Criação da Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico
				Parecer do CEE 113/2010	Credencia as escolas estaduais da capital e interior que ofertam cursos de educação profissional integrada ao ensino médio
Paraná	Secretaria de Educação	DET - Departamento de Educação e Trabalho	Órgão da Administração Direta	Parecer CEB/CNE 37/2002	Consulta sobre formação de professores para a Educação Profissional de Nível Técnico
				Parecer CEE 1.028/2003	Aprova o plano de expansão dos cursos de educação profissional
				Parecer 1.095/2003	Aprova as diretrizes curriculares para o ensino médio integrado
				Deliberação	Estabelece normas complementares para o Sistema Estadual de Ensino, em relação à instituição e

CONVÊNIO nº 524/2008 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPROF/DIEESE

Quadro 02 – Secretarias, Entidade Gestora e Natureza das Entidades – Redes Estaduais selecionadas - 2010

Redes Estaduais	Secretaria à qual a Educação Profissional está vinculada	Entidade Gestora da Educação Profissional	Natureza da Entidade	Principais Normativas	Descrição
				CEE 004/2008	implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio e de Educação Profissional.
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS	Autarquia	Decreto Lei de 06/10/1969	Cria o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo, entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com sede e foro na Capital Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo tem por finalidade a articulação, a realização e o desenvolvimento da educação tecnológica, nos graus de ensino médio e superior Autarquia terá vinculação administrativa à Secretaria de Estado dos Negócios e da Educação e financeira à da Fazenda
				Regimento das Unidades	Regimento aprovado em dezembro de 2006 trata: Organização Técnico Administrativa; Organização Curricular; Regime Escolar; Pessoal; Direitos, Deveres e do Regime; Disciplinar do Corpo Docente; Direitos e Deveres dos Pais ou Responsáveis; Das Instituições Auxiliares; Disposições Gerais e Finais; Disposições Transitórias.

Fonte: Dieese. Pesquisa Direta – 2010

Elaboração - DIEESE

VI. PREPARAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E RESULTADO DAS OFICINAS

Nas sessões seguintes estão sistematizados os resultados das três oficinas. Estas oficinas tiveram como objetivo o desenho e a elaboração da proposta final do projeto para o modelo de gestão.

6.1. A Primeira Oficina: Apresentação do Estudo dos Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional

A 1ª Oficina foi realizada nos dias 05 e 06 de novembro de 2010 em Salvador. Participaram da oficina 10 gestores e técnicos da equipe da Suprof. Da equipe do DIEESE, participaram 3 técnicos e 2 consultores, atuando como coordenadores e palestrantes, além de outros que deram suporte técnico e apoio à atividade. O objetivo da oficina foi apresentar à equipe de gestores e técnicos da SUPROF os resultados do Estudo dos Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional, buscando subsidiar a discussão e a tomada de decisão em relação ao modelo de gestão da educação profissional a ser adotado.

A atividade inicia-se com a apresentação dos participantes e dos objetivos e pauta da atividade. Na parte da tarde foi apresentado o Estudo dos Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional que tratou dos objetivos, metodologia do estudo, análise das informações e os resultados gerais obtidos com o levantamento. Estes resultados abrangeram a estrutura das redes pesquisadas, suas ofertas de educação profissional, matrículas, modalidades, eixos tecnológicos e cursos ofertados. Em seguida, feitos os esclarecimentos, seguiu-se o debate entre os participantes.

O segundo dia da oficina deu continuidade à segunda parte do estudo tratando dos resultados relativos ao modelo de gestão, serviços ofertados pelas unidades de educação profissional, marco regulatório e financiamento. Ainda nesta segunda parte, foram apresentados os resultados referentes à relação com outras instituições de educação profissional, movimentos sociais e o mundo do trabalho, estabelecido pelas redes estaduais. Por último, foram apresentadas as conclusões do estudo.

A sistematização feita pelos participantes abordou questões de duas naturezas. De um lado, foram elencadas as lacunas existentes no estudo, sendo algumas delas possíveis de serem preenchidas. De outro, a impossibilidade de eleger uma rede como paradigmática de um modelo de gestão que atenda aos propósitos da educação profissional da Bahia. Em cada um dos modelos pesquisados existem aspectos positivos, que podem ser adotados, e negativos que não atendem à concepção que está contida no Plano de Educação Profissional da Bahia.

Como recomendação, foi sugerido o aprofundamento do modelo de gestão em algumas redes, quais sejam: Acre, Amazonas, Ceará, Paraná, Pernambuco e São Paulo. Recomendou-se estudar o marco legal (Leis, Decretos, Resoluções e Pareceres dos Conselhos Estaduais de

Educação) e a estrutura organizacional destas redes. Nessa oficina, também foi sugerido pelos gestores e técnicos da Suprof o mapeamento da estrutura e organização de algumas autarquias e empresas da administração indireta do governo do estado da Bahia, incluindo nesta relação o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA. Para a segunda oficina, que foi realizada no final do mesmo mês, foi sugerida a realização de um intercâmbio de informações com as redes do Acre, Ceará, Paraná e São Paulo.,

6.2. A Segunda Oficina: Intercâmbio de experiências

Dando continuidade ao processo iniciado na 1ª oficina, foi realizada a 2ª oficina nos dias 26 e 27 de novembro de 2010 em Salvador, que contou com a participação de 17 pessoas, dos quais 8 eram gestores e técnicos da equipe da Suprof e 4 eram gestores das redes de educação profissional dos estados do Ceará e do Paraná. Da equipe do DIEESE, participaram 3 técnicos e 2 consultores, atuando como coordenadores e palestrantes, além de outros que deram suporte técnico e apoio a atividade. A oficina teve como objetivo estabelecer um intercâmbio de informações entre as redes² de educação profissional dos estados do Ceará e Paraná e da Bahia. Apresentar os resultados parciais dos estudos complementares sugeridos na 1ª oficina, além de sistematizar os resultados do intercâmbio e elaborar as diretrizes para o desenho do modelo de gestão a ser adotado para a educação profissional na Bahia eram outros objetivos.

No primeiro dia da oficina, foram realizadas a abertura e as apresentações dos participantes, apresentado e discutido o programa proposto para a atividade e seus objetivos. Na sequência, ficou a cargo dos gestores das redes de educação profissional convidadas, Ceará e Paraná, a apresentação da concepção, oferta e os seus respectivos modelos de gestão da educação profissional. Em seguida, as mesmas informações para a rede de educação profissional da Bahia foram apresentadas pela Suprof. Foram aqui ressaltados pelos gestores o processo histórico de formação das redes, sua estrutura e organização e os limites e desafios de cada modelo. Após as apresentações, seguiu-se a troca de informações mais específicas e o debate entre os gestores.

O segundo dia foi reservado à apresentação dos resultados parciais do mapeamento da estrutura e organização de algumas autarquias e empresas da administração indireta do governo do estado da Bahia. A apresentação contextualizou historicamente os modelos de gestão presentes na administração pública brasileira. Em seguida, tratou dos conceitos e definições existentes acerca dos modelos de gestão pública, as formas de administração direta, indireta, fundações, empresas públicas e autarquias. Como última etapa, foram apresentados os resultados parciais do mapeamento realizado.

² Os estados do Acre e São Paulo foram convidados como sugerido na 1ª oficina, mas os gestores indicados não tinham agenda disponível.

Por fim, foi feita uma sistematização das discussões levantadas ao longo da oficina, com uma reflexão dos técnicos e gestores da SUPROF sobre os desafios, limites e oportunidades para a definição do modelo adequado à gestão da educação profissional na Bahia.

6.3. A Terceira Oficina: Desenho do Modelo de Gestão: Marco Regulatório, Estrutura e Instrumentos

A terceira oficina foi realizada em Salvador no mês de julho de 2011 nos dias 06 e 07. A oficina contou com 12 participantes, sendo 9 gestores e técnicos da equipe da Suprof e 3 da equipe do DIEESE que coordenaram e deram suporte e apoio à atividade. O objetivo desta 3ª oficina, como última atividade programada no âmbito do Produto 02, foi de elaborar a proposta final do desenho do modelo de gestão contendo as propostas de marco regulatório, estrutura e instrumentos para a construção do modelo de gestão da educação profissional da Bahia.

A atividade se inicia com o resgate e sistematização das discussões e contribuições acumuladas nas duas oficinas anteriores. Na parte da tarde, foi apresentada a sistematização das normativas e demais informações das redes dos estados do Acre, Amazonas, Ceará, Paraná e São Paulo. Apresentou-se também o resultado final do mapeamento das autarquias e empresas selecionadas que fazem parte da administração indireta do governo do estado da Bahia. Os resultados desses estudos complementares foram tratados nos tópicos anteriores deste relatório.

Ainda na parte da tarde, foi apresentado o quadro referencial, que trouxe de forma sistematizada os elementos necessários para a discussão de um modelo de gestão próprio para a educação profissional do estado. Este quadro referencial fez uma comparação entre os modelos e características da administração direta e indireta, estabelecendo os desafios e as oportunidades, na escolha entre um ou outro modelo.

No segundo dia pela manhã, foi dada continuidade à discussão em relação ao modelo de gestão, tendo como base ainda o quadro referencial apresentado. Durante a discussão também foram apresentados diversos elementos e gargalos do atual modelo. Foi apresentada uma proposta de organograma da gestão, assim como uma proposta de regimento para a Suprof. À luz dessas discussões, foi firmado o compromisso da equipe de gestores e técnicos da Suprof em se debruçar sobre o quadro referencial e fazer contribuições específicas de suas áreas nos pontos colocados e discutidos na oficina a serem encaminhadas ao DIEESE. O propósito seria elaborar a proposta final a ser apresentada à Suprof, contendo a exposição de motivos e a minuta do projeto do novo modelo de gestão a ser implantado.

VII. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA FINAL DO MODELO DE GESTÃO

Além dos estudos técnicos mencionados anteriormente, foram produzidos mais dois documentos com o objetivo de subsidiar a discussão e elaboração da proposta final do projeto do modelo de gestão ocorridas na 3ª Oficina. O primeiro documento foi a sistematização de uma proposta de regimento interno da Suprof elaborado a partir de outro documento disponibilizado em que descreve a sua estrutura atual e esboça uma proposta organizacional e de regimento interno. Esse documento foi elaborado pela equipe de gestores e técnicos da superintendência e toma como ponto de partida o artigo 58º, inciso II, III, IV e parágrafo único da Lei nº 10.955 de 21 de dezembro de 2007 que cria a Suprof no âmbito da Secretaria de Educação, transcritos abaixo:

LEI Nº 10.955 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007

Modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, disciplina o Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia e o Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, em observância ao art. 249, da Constituição Federal de 1988, e dá outras providências. [...]

Art. 58 - Fica alterada a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria da Educação - SEC, na forma a seguir indicada: [...]

II - fica criada a Superintendência de Educação Profissional, com a finalidade de planejar, coordenar, promover, executar, acompanhar, supervisionar e avaliar, no âmbito do Estado, as políticas, programas, projetos e ações de educação profissional, incluindo orientação e certificação profissional;

III - fica extinta a Coordenação de Projetos Especiais e os cargos em comissão que nela estão alocados ficam remanejados para a Superintendência de Educação Profissional;

IV - fica excluída da finalidade da Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica as ações de Educação Profissional e remanejados para a Superintendência de Educação Profissional, os seguintes cargos em comissão: 01 (um) cargo de Coordenador Técnico, símbolo DAS-2D, 04 (quatro) cargos de Coordenador III, símbolo DAI-4, e 01 (um) cargo de Coordenador IV, símbolo DAI-5.

Parágrafo único - Para atender ao disposto no inciso II, deste artigo, fica criado 01 (um) cargo de Superintendente, símbolo DAS-2A.

Os incisos do artigo definem as atribuições da Suprof, remaneja e cria novos cargos, inclusive o de superintendente, mas não define a estrutura de cargos da superintendência recém-criada. Embora a Suprof esteja no atual organograma da Secretaria da Educação, o seu regimento interno ainda não incorporou essas mudanças, que atingiram também outras superintendências da secretaria. Sendo assim, a estrutura atual da Suprof descrita no documento disponibilizado não é uma estrutura regimental, embora reflita de fato a estrutura atual de funcionamento deste órgão, suas diretorias, coordenações e estruturas de cargos.

A sistematização do regimento proposto que foi realizada no âmbito deste convênio contempla o documento que serviu como base para sua construção e foi elaborado com o propósito de apoiar a definição da proposta final do modelo de gestão a ser implantado. Elaborou-se também a proposta de organograma e seus correspondentes cargos.

A sistematização da estrutura atual da Suprof, ainda que não seja uma estrutura regimental, visou, sobretudo, auxiliar os gestores e técnicos na formatação da estrutura futura desejada capaz de operacionalizar a concepção e as diretrizes definidas no desenho do modelo de gestão discutido na 2ª Oficina. Tratava-se de responder à seguinte questão: qual a estrutura que temos e qual a estrutura que queremos?

O segundo documento que foi elaborado e apresentado na 3ª Oficina foi o Quadro Referencial contendo os elementos característicos de uma estrutura de gestão. Este quadro faz uma comparação entre os modelos e características da administração direta e indireta, estabelecendo os desafios e as oportunidades, na escolha entre um ou outro modelo.

Com o resultado dos estudos técnicos e da sistematização das discussões foram elaborados três documentos síntese que, em conjunto, constituem o resultado final de todo esse processo:

i) **Exposição de Motivos** contendo as razões e justificativas para implantação de um novo modelo de gestão para a educação profissional da Bahia, os pressupostos e os resultados esperados com a implantação do novo modelo; ii) **Proposta de Regimento** da Superintendência de Educação Profissional - Suprof; iii) **Proposta de Organograma** da Suprof.

Embora a equipe de gestores e técnicos não tenham chegado a uma formatação final da estrutura futura desejada, os pressupostos e diretrizes estão desenhados e sistematizados nesses documentos. Espera-se que estes, enquanto resultados de estudos técnicos e da construção coletiva de gestores e técnicos da Suprof, possam subsidiar a elaboração de um projeto de lei estadual de autoria do poder executivo a ser encaminhada à Assembleia Legislativa da Bahia com o objetivo de implantar um novo modelo de gestão para a educação profissional do estado da Bahia.

**QUADRO REFERENCIAL - ELEMENTOS SEGUNDO CARACTERÍSTICAS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA (SUPERINTENDÊNCIA) X ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AUTARQUIA)**

ELEMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA (SUPERINTENDÊNCIA)	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AUTARQUIA)	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
1. DENOMINAÇÃO E PERSONALIDADE JURÍDICA	<ul style="list-style-type: none">• Definida no marco legal do nível central• Sem personalidade jurídica própria• Relação de subordinação hierárquica com o nível central	<ul style="list-style-type: none">• Denominação definida na Lei que a instituiu• Personalidade jurídica própria (responde pelos seus atos)• Não há subordinação hierárquica com o nível central (a responsabilidade é subsidiária)• Estão submetidas à supervisão e controle	<ul style="list-style-type: none">• Possuir capacidade de articulação no executivo/legislativo para instituir a autarquia• Ampliar e qualificar a gestão como um todo	<ul style="list-style-type: none">• Maior autonomia dos processos pedagógicos, administrativos e financeiros próprios da Educação Profissional• Garantir sustentabilidade política e efetividade à Educação Profissional• Garantir à educação profissional condições institucionais compatíveis com a dinâmica do mundo do trabalho
2. FINALIDADES, PRINCÍPIOS, COMPETÊNCIAS E OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none">• Definidos no marco legal do nível central	<ul style="list-style-type: none">• Definidos na Lei que a instituiu (ao instituir pode manter as competências originárias ou modificá-las)	<ul style="list-style-type: none">• Conceber as finalidades, princípios, competências e objetivos de forma a refletir todas as possibilidades que estão postas para a Educação Profissional do Estado	<ul style="list-style-type: none">• Possibilidade de ampliar as finalidades, princípios, competências e objetivos que já foram definidos na criação da Suprof

**QUADRO REFERENCIAL - ELEMENTOS SEGUNDO CARACTERÍSTICAS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA (SUPERINTENDÊNCIA) X ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AUTARQUIA)**

ELEMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA (SUPERINTENDÊNCIA)	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AUTARQUIA)	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (EO)	<ul style="list-style-type: none">Definida no RI da Superintendência integrando o marco legal do nível central	<ul style="list-style-type: none">Definida na Lei que a instituiu (ao instituir pode manter a EO originária ou modificá-las)A EO das autarquias estudadas distingue claramente as atividades próprias do serviço a ser descentralizado daquelas que são inerentes ao nível central à qual está vinculada e que deverão continuar sendo executadas por este.Não existe a reprodução destas atividades na EO das autarquiasNos modelos estudados, além da estrutura inerente à prestação do serviço autônomo (que via de regra já existe no órgão da AD, Diretorias/Coordenações/Equipe Técnica) observou-se ainda as seguintes estruturas: a) Conselho Gestor b) Planejamento c) Administrativo-Financeira d) Jurídica (Procuradoria) e) Projetos, Estudos e Pesquisas f) Unidades Descentralizadas (Ceteps)	<ul style="list-style-type: none">Conceber uma EO que distinga as atividades próprias da Educação Profissional daquelas que são inerentes ao funcionamento e manutenção dos CetepsAmpliação e qualificação da gestão como um todoCapacidade de articular a EO do nível Central (SEC) para gestão das atividades inerentes ao funcionamento e manutenção dos Ceteps	<ul style="list-style-type: none">Construção de uma estrutura focada nas atividades de Educação Profissional com pouco impacto no orçamento do EstadoMaior eficiência (uso dos recursos) garantindo maior eficácia (resultados) na GestãoMaior supervisão e controle dos processos pedagógicos, administrativos e financeiros próprios da Educação Profissional

**QUADRO REFERENCIAL - ELEMENTOS SEGUNDO CARACTERÍSTICAS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA (SUPERINTENDÊNCIA) X ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AUTARQUIA)**

ELEMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA (SUPERINTENDÊNCIA)	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AUTARQUIA)	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
4. CARGOS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (RECURSOS HUMANOS)	<ul style="list-style-type: none">• Definida no marco legal do nível central• Ocupantes indicados pelo Superintendente/Secretário e nomeados pelo Governador• Superintendente indicado pelo Secretário e nomeado pelo Governador• Estrutura de remuneração dos cargos de acordo com a legislação estadual	<ul style="list-style-type: none">• Estrutura de remuneração dos cargos de acordo com a legislação estadual• Definidos na Lei que a instituiu, inclusive das Unidades Descentralizadas (Ceteps)• Ocupantes indicados pelo Diretor/Presidente e nomeados pelo governador• Diretor/Presidente indicado pelo Secretário e nomeado pelo Governador	<ul style="list-style-type: none">• Definir e articular uma estrutura de cargos que seja compatível com os desafios da estrutura autárquica na gestão da Educação Profissional	<ul style="list-style-type: none">• Aperfeiçoamento do quadro técnico da gestão• Aumento da capacidade e da qualidade da gestão• Autonomia e maior agilidade na alocação de pessoas
5. RECEITAS	<ul style="list-style-type: none">• Dotação Orçamentária definida no Orçamento da SEC	<ul style="list-style-type: none">• Possui receita própria e podem ser:<ul style="list-style-type: none">a) Dotações orçamentárias, créditos especiais e suplementares; (Poderá ser previsto um % do limite mínimo fixado pela CF para aplicação em educação profissional pelo Estado)b) Recursos oriundos de convênios, contratos, acordos e alienação de seus bens;c) Doações, legados, benefícios, auxílios, contribuições e subvenções;d) Juros de depósitos bancários e outros rendimentos de aplicações financeiras.	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer as distintas possibilidades de Receitas;• Conceber os Projetos e Articular os atores responsáveis	<ul style="list-style-type: none">• Ampliação do investimento na Educação Profissional

**QUADRO REFERENCIAL - ELEMENTOS SEGUNDO CARACTERÍSTICAS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA (SUPERINTENDÊNCIA) X ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AUTARQUIA)**

ELEMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA (SUPERINTENDÊNCIA)	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AUTARQUIA)	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E (CRÉDITOS) FINANCEIRA (RECURSOS)	<ul style="list-style-type: none">• A Suprof é Unidade Gestora, portanto tem o poder de gerir recursos orçamentários e financeiros.	<ul style="list-style-type: none">• Autonomia orçamentária e financeira => Capacidade para propor/determinar e executar o seu orçamento de acordo com as Leis vigentes e prestação de contas diretamente aos órgãos competentes	<ul style="list-style-type: none">• Ampliação e qualificação da gestão administrativa financeira	<ul style="list-style-type: none">• Maior autonomia dos processos administrativos financeiros
7. GESTÃO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	<ul style="list-style-type: none">• Relação de subordinação Sec/Direcs/Suprof• Alguns Ceteps são Unidades Gestoras	<ul style="list-style-type: none">• Relação de Subordinação à Autarquia• Autarquia faz a gestão e executa as atividades próprias da Educação Profissional• SEC executa as atividades inerentes ao funcionamento e manutenção dos Ceteps	<ul style="list-style-type: none">• Ampliação e qualificação da gestão dos Ceteps• Articular a Estrutura Organizacional do nível Central (SEC) para gestão das atividades inerentes ao funcionamento e manutenção dos Ceteps	<ul style="list-style-type: none">• Agilidade e flexibilidade da gestão dos processos pedagógicos, administrativos e financeiros• Maior agilidade e flexibilidade no atendimento às demandas dos Ceteps• Construção de um espaço institucionalizado para a solução criativa dos problemas dos Ceteps
8. PATRIMÔNIO	<ul style="list-style-type: none">• Não possui patrimônio próprio	<ul style="list-style-type: none">• Toda autarquia se caracteriza por ter patrimônio próprio• Constituído pelos bens móveis e imóveis em uso ou que venham a ser adquiridos, transferidos ou doados• Nos modelos estudados o patrimônio são transferidos a ela no ato de constituição inclusive das unidades descentralizadas• O patrimônio na verdade é do Estado. A autarquia dispõe dele de forma gerencial	<ul style="list-style-type: none">• Responder pelo seu patrimônio	<ul style="list-style-type: none">• Possibilidade de auferir receitas com alugueis e alienação?• Possibilidade de ampliar a capacidade instalada/investimentos para execução das atividades de Educação Profissional?

**QUADRO REFERENCIAL - ELEMENTOS SEGUNDO CARACTERÍSTICAS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA (SUPERINTENDÊNCIA) X ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AUTARQUIA)**

ELEMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA (SUPERINTENDÊNCIA)	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AUTARQUIA)	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
9. MARCO LEGAL	<ul style="list-style-type: none">• Geral - Leis Federais, Estaduais, Regimento Interno SEC, Resoluções do CEE, Decretos e Portarias.• Específico - Regimento Interno Suprof, Resoluções do CEE, Decretos e Portarias.	<ul style="list-style-type: none">• Geral - Leis Federais, Estaduais, Regimento Interno SEC, Resoluções do CEE, Decretos e Portarias.• Específico - Lei instituidora, Estatuto, Regimento Geral, Regimento Interno das Unidades Descentralizadas, Decretos e Portarias e Atos do Diretor/Presidente	<ul style="list-style-type: none">• Construção de um marco legal que reflita a singularidade e a especificidade da Educação Profissional e lhe garanta institucionalidade e estabilidade	<ul style="list-style-type: none">• Ampliação das possibilidades de gestão da Educação Profissional
10. INSTRUMENTOS	<ul style="list-style-type: none">• Plano de Educação Profissional• Planejamento Estratégico	<ul style="list-style-type: none">• Plano de Educação Profissional• Planejamento Estratégico• Orçamento-Programa Anual e Plurianual de Investimentos• Programação Financeira	<ul style="list-style-type: none">• Ampliar a capacidade de planejamento e gestão	<ul style="list-style-type: none">• Ampliação da capacidade de planejamento e gestão

VIII. DOCUMENTOS DA PROPOSTA DO MODELO DE GESTÃO

Documento 01

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Esta exposição de motivos contém as razões e justificativas para elaboração de um novo modelo de gestão para a educação profissional da Bahia, expõe também os pressupostos e os resultados esperados com a implantação do novo modelo.

Antecedentes e Contexto Atual da Educação Profissional da Bahia

A rede estadual de educação profissional da Bahia experimentou um expressivo crescimento nos últimos anos. Para ter uma ideia da dimensão desse movimento, saiu-se, ao final de 2006, de uma oferta anual que correspondia a cerca de 4 mil matrículas na educação profissional para cerca de 50,5 mil matrículas em 2011. Em relação ao número de estabelecimentos, eram 35 as unidades que ofertavam educação profissional em 2006. Ao final de 2011, existiam 50 Ceteps, sendo 22 Centros Estaduais e 28 Centros Territoriais de Educação Profissional, além de terem sido implantados cursos de educação profissional em outras 89 unidades escolares da rede estadual de educação.

De igual modo, e como reflexo dessa ampliação e reestruturação, elevou-se também o grau de cobertura, tanto em termos geográficos, quanto em relação às formas de desenvolvimento e articulação, bem como à diversidade de eixos tecnológicos e cursos ofertados. Em 2011, chega a 105 o número de municípios baianos abrangidos pela oferta de educação profissional, em todos os 26³ territórios de identidade. Em 2006, eram apenas 22 municípios atendidos. Neste ano, eram 15 os cursos ofertados. Em 2011, a rede estadual baiana já ofertava educação profissional em todas as suas formas de desenvolvimento e articulação previstas na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Os 72 cursos que são ofertados atualmente compreendem todos os 11 eixos tecnológicos previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos⁴.

A criação da Superintendência de Educação Profissional (Suprof), por meio da Lei Estadual 10.955, de 21 de dezembro de 2007, fez parte deste processo de reestruturação da educação profissional da Bahia. Com a criação da Suprof, a prerrogativa de planejar, coordenar, promover, executar, acompanhar, supervisionar e avaliar, no âmbito do estado, as políticas, programas, projetos e ações de educação profissional, incluindo orientação e certificação profissional, cabe a esta superintendência. Nesta mesma linha de mudanças institucionais e

³ A partir de 2012 entra em vigor a nova configuração territorial do estado que entre outras mudanças mais um território de identidade. Agora são 27 os territórios.

⁴ Informações do Censo Escolar/INEP e SEC/Suprof

Disponível em <http://educacaoprofissionaldabahia.blogspot.com> acesso 16/11/2011

gestão, em 2008, foram criados os Centros Estaduais e os Centros Territoriais de Educação Profissional através do Decreto 11.355, de 4 de dezembro.

Ainda em 2007 foi instituído o Plano de Educação Profissional, que além de estabelecer as metas para a educação profissional para os anos seguintes implantou no âmbito dos Centros de Educação Profissional (Ceteps) uma proposta pedagógica arrojada. Esta proposta tem na sua concepção o trabalho como princípio educativo e a construção de conhecimentos como princípios pedagógicos. Nesta concepção, a teoria não se separa da prática, vivenciada e experimentada em situações concretas de trabalho e também na intervenção social. A participação e o controle social, através da instituição de conselhos gestores em cada Cetep, também figuram como princípios, além de garantir a efetividade e continuidade dessa política.

A proposta contempla ainda um percurso formativo que integra, ao longo deste, disciplinas que compõem a base nacional comum, disciplinas da formação técnica geral e disciplinas da formação técnica específica. Nesta perspectiva, a educação profissional é indissociável da educação básica, se propondo a formar o sujeito trabalhador em sua integralidade. Além disso, esta concepção tem como valores: a solidariedade, o trabalho coletivo, o respeito à diversidade, a cultura da paz, a responsabilidade com a sociedade e a transformação social.

Em síntese os resultados positivos, comprovados através das estatísticas citadas, desta ampliação e reestruturação da educação profissional da Bahia só foram possíveis graças ao entendimento que o governo do Estado passou a ter sobre o significado e a importância desta modalidade educacional. Esta foi assumida como uma política pública de Estado, encampada pela Secretaria de Educação (Sec), direcionada aos trabalhadores e trabalhadoras, aos alunos e alunas oriundos da escola pública, com o objetivo de elevar a escolaridade e a inserção cidadã dessas pessoas no mundo do trabalho, preparando-as para que se apropriem das oportunidades geradas pelo desenvolvimento do estado.

A diversidade e as singularidades da Educação Profissional

A partir da contextualização explicitada no tópico anterior é possível visualizar quão diversa e singular é a educação profissional do país, de um modo geral, e da Bahia, em especial. Em virtude dessas características particulares e especiais, a educação profissional se diferencia das demais modalidades de ensino. As instituições que se dedicam ao seu desenvolvimento, no caso particular da rede pública estadual da Bahia, os Ceteps, acabam assumindo feições com relativo grau de complexidade, na medida em que devem, por exemplo, conciliar e harmonizar, perfeitamente, nos processos de ensino-aprendizagem que executam, os conteúdos teóricos e específicos com os de caráter prático e empírico voltados a uma dada formação.

Os Ceteps guardam entre si grande diversidade no que tange às atividades que desenvolvem comparativamente às demais unidades educacionais. Este traço de heterogeneidade é um dos

aspectos a que se deve dar atenção especial, quando se tem a intenção de propor um novo modelo de gestão para educação profissional. A rigor, essa diversidade e heterogeneidade refletem-se em exigências em termos de aportes relacionados à infraestrutura física, corpo docente, pessoal de apoio, material didático e de manutenção, entre outras, igualmente distintas.

Muitas foram as mudanças institucionais e de gestão implementadas na educação profissional da Bahia desde 2007, desde as mais significativas já destacadas neste texto até outras de caráter específico implantadas mediante decretos, portarias e instruções normativas. Entretanto estas mudanças ainda não foram suficientes para imprimir à educação profissional da Bahia um modelo próprio de gestão que seja adequado às suas necessidades e peculiaridades, assegurando-lhe autonomia pedagógica, administrativa e financeira nos processos de ensino-aprendizagem de educação profissional.

Pressupostos do modelo de gestão

- i.)O novo modelo de gestão a ser estabelecido deverá estar em consonância com a institucionalidade, leis e normas que regem o sistema público educacional do país e do estado, devendo permanecer vinculado à Secretaria da Educação da Bahia;
- ii.)O formato do novo modelo deverá guardar sintonia com a estrutura administrativa do estado, sua estrutura de cargos e o padrão salarial vigente, sem onerar o orçamento;
- iii.)O novo modelo deverá absorver e ampliar as finalidades, princípios, competências e objetivos que hoje são da Secretaria de Educação através da Suprof;
- iv.)Como decorrência dos pressupostos anteriores, a nova estrutura deverá distinguir as atividades que são próprias da educação profissional, absorvendo-as nos instrumentos de gestão que serão criados, daquelas que são relativas à gestão, funcionamento e manutenção das unidades educacionais;
- v.)O novo modelo deverá fortalecer e ampliar os atuais instrumentos de controle social como princípio da gestão democrática e elemento garantidor da política de educação profissional do estado.

Resultados esperados: gerais e específicos

A par desses pressupostos, a implantação do novo modelo de gestão da educação profissional da Bahia deverá produzir no curto e médio prazo os seguintes resultados:

- 1 – Maior autonomia para gestão dos processos pedagógicos, administrativos e financeiros próprios da educação profissional;
- 2 – Garantir à educação profissional condições institucionais compatíveis com a dinâmica do mundo do trabalho;

CONVÊNIO nº 524/2008 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPROF/DIEESE

- 3 – Elevação da capacidade de captar recursos ampliando as fontes de financiamento da educação profissional;
- 4 – Maior sustentabilidade política e efetividade à educação profissional;
- 5 – Ampliação da capacidade e da qualidade da gestão da educação profissional;
- 6 – Ampliação da capacidade de planejamento e gestão;
- 7 – Maior agilidade e flexibilidade na gestão dos processos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- 8 – Maior agilidade e flexibilidade no atendimento às demandas dos Ceteps;
- 9 – Maior agilidade e flexibilidade na alocação de pessoas;

**PROPOSTA DE REGIMENTO DA SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL - SUPROF**

CAPÍTULO I

FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art. 1º - A Superintendência de Educação Profissional – SUPROF, órgão da Secretaria de Educação do Governo do Estado da Bahia, criada pela Lei Nº 10.955 de 21 de dezembro de 2007 tem por finalidade planejar, coordenar, promover, executar, acompanhar, supervisionar e avaliar, no âmbito do Estado, as políticas, programas, projetos e ações de educação profissional, incluindo orientação e certificação profissional.

Art. 2º - Compete à SUPROF:

I - Planejar a oferta de educação profissional da rede estadual, em todos os seus níveis, formas de articulação e modalidades, em função das demandas do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Bahia, nos territórios de identidade envolvendo populações tradicionais, cadeias produtivas e arranjos produtivos locais;

§ 1º Os níveis, formas de articulação e modalidades de que trata este inciso são respectivamente:

- a) formação inicial e continuada, técnico e tecnológico;
- b) integrado, concomitante e subsequente;
- c) PROEJA e PROEJA Indígena;

II - Contribuir para a elaboração de leis, decretos, resoluções, portarias e outras normativas relativas à educação profissional, emitidas por órgãos superiores e emitir portarias e instruções normativas na sua área de competência;

III - Elaborar e submeter aos órgãos competentes, para aprovação, a Política Pública Estadual de Educação Profissional e o Plano de Educação Profissional da Bahia, de vigência quadrienal, incluindo a dimensão orçamentária, articulados com o Plano Plurianual (PPA) e o Plano Decenal da Educação;

IV - Promover a celebração de convênios e acordos de cooperação financeira e técnica, com a autorização dos órgãos competentes, sendo responsável pela execução e prestação de contas dos mesmos;

V - Coordenar a execução do Plano de Educação Profissional da Bahia e outros programas que lhe forem atribuídos e as reuniões do Fórum de Educação Profissional da Bahia;

CONVÊNIO nº 524/2008 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPROF/DIEESE

VI - Elaborar e executar projetos e ações de educação profissional conveniados com o Governo Federal e outros, destinados às populações vulneráveis, em particular: jovens, mulheres chefes de família, deficientes, indígenas, quilombolas e trabalhadores de baixa escolaridade;

VII - Gerir e executar, física e financeiramente, o orçamento anual e os programas sob a sua responsabilidade, exclusivamente no que se refere à aquisição de bens, serviços e outras ações e implementos vinculados diretamente à educação profissional e sua rede estadual, exceto quando por autorização superior;

VIII - Planejar, coordenar, gerir, executar, acompanhar, monitorar, supervisionar e avaliar:

a) a melhoria da infraestrutura de equipamentos;

b) a destinação, execução e prestação de contas de recursos financeiros e implementação institucional da rede estadual de educação profissional, composta por Centros Estaduais e Centros Territoriais de Educação Profissional e seus anexos;

IX - Planejar, coordenar, acompanhar, monitorar, supervisionar e avaliar, no que se refere à rede estadual de educação profissional:

a) a melhoria da infraestrutura física das unidades de educação profissional e o provimento da alimentação escolar e do fardamento, em parceria com a SUPEC;

b) a formação de professores, técnicos e gestores profissionais, em parceria com o IAT e o provimento de pessoal docente e de apoio em parceria com SUDEPE;

X - Elaborar, coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar, no âmbito da rede pública estadual de educação profissional, projetos e ações relativas ao desenvolvimento da dimensão pedagógica e didática;

§ 2º A dimensão pedagógica e didática de que trata este inciso tem como fundamento o trabalho como princípio educativo, e se articula ainda às dimensões do desenvolvimento, da ciência, da tecnologia e da sociedade, abrangendo:

a) currículos e matrizes curriculares, metodologias, objetos educacionais, práticas pedagógicas e processos de avaliação da educação profissional;

b) ações e serviços de Orientação Profissional e de promoção do Estágio;

c) metodologias e serviços de Certificação Profissional;

d) projetos de memória, iniciação científica, produção de tecnologias sociais, estudos, pesquisas e outros projetos especiais, associados à educação profissional;

XI - Aprovar e avaliar os projetos políticos pedagógicos, os planos de curso e os planos de ação pedagógica das unidades da rede estadual de educação profissional;

CONVÊNIO nº 524/2008 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPROF/DIEESE

XII - Aprovar o credenciamento e autorização para funcionamento de cursos de educação profissional no âmbito da rede de educação estadual de educação profissional, em estrita observância à legislação vigente;

XIII - Promover, para o atendimento das demandas de educação profissional, orientação profissional e certificação profissional, a articulação:

a) da rede pública estadual, rede federal, ações municipais e ações de entes privados e paraestatais;

b) das secretarias, empresas públicas e demais órgãos públicos estaduais e federais;

c) das ações da rede pública estadual com as demandas e experiências dos movimentos sociais, em particular no que se refere à educação de jovens e adultos e educação dos trabalhadores;

XIV - Articular as ações com as DIRECs, assessorando-as em todas as dimensões da educação profissional, respeitadas as respectivas competências;

XV - Assessorar e acompanhar as atividades dos diretores e dos vice-diretores administrativo-financeiros, técnico-pedagógicos e de articulação com o mundo do trabalho, dos coordenadores técnicos e coordenadores pedagógicos e demais servidores da rede estadual de educação profissional;

XVI - Assessorar o Secretário de Educação e, quando solicitado, outros órgãos públicos estaduais, quanto à: estratégias, informações e questões envolvendo educação profissional, orientação e certificação profissional;

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 3º – A SUPROF tem a seguinte estrutura:

I – Assessorias e Coordenação:

1. Assessoria de Articulação da Educação Profissional – ASSEP
2. Assessoria de Inovação e Difusão Pedagógica da Educação Profissional – ASSED
3. Coordenação de Informações Estratégicas da Educação Profissional – CIP

II – Diretorias e Coordenações

1. Diretoria de Gestão da Infraestrutura e Financiamento da Educação Profissional – DIRGEP
 - 1.1. Coordenação de Cooperação e Financiamento da Educação Profissional – CFP

CONVÊNIO nº 524/2008 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPROF/DIEESE

- 1.2. Coordenação da Gestão de Infraestrutura da Educação Profissional – CGP
2. Diretoria de Institucionalização da Educação Profissional – DIREPI
 - 2.1. Coordenação de Monitoramento Institucional da Educação Profissional – CMP
 - 2.2. Coordenação de Regulação da Educação Profissional – CRP
3. Diretoria de Desenvolvimento da Educação Profissional – DIRDEP
 - 3.1. Coordenação de Currículos e Práticas Pedagógicas da Educação Profissional – CCP
 - 3.2. Coordenação de Orientação Profissional – COP
 - 3.3. Coordenação de Certificação Profissional – CCP
4. Diretoria de Planejamento, Estudos e Pesquisas da Educação Profissional – DIRPEP
 - 4.1. Coordenação de Estudos e Pesquisas de Demandas da Educação Profissional – CDP
 - 4.2. Coordenação de Planejamento da Oferta de Educação Profissional – CPO

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS

SEÇÃO I

ASSESSORIAS E COORDENAÇÕES

Art. 4º – À Assessoria de Articulação da Educação Profissional – ASSEP, compete assessorar o Superintendente de Educação Profissional na articulação dos sujeitos sociais da educação profissional (prefeituras, empresas, trabalhadores e movimentos sociais) por meio de reuniões e visitas aos Territórios de Identidade, em articulação com a Assessoria Especial de Articulação Institucional do GABSEC, tendo em vista o cumprimento das metas do Plano de Educação Profissional da Bahia.

Art. 5º – À Assessoria de Inovação e Difusão Pedagógica da Educação Profissional – ASSED, compete assessorar o Superintendente de Educação Profissional na elaboração de políticas e estratégias de desenvolvimento pedagógico da educação profissional, contribuindo para:

a) a difusão ampla e a orientação da rede estadual e outras redes parceiras quanto aos princípios, diretrizes, currículos e práticas pedagógicas da educação profissional;

b) a prospecção e elaboração de currículos, metodologias e práticas pedagógicas inovadoras na educação profissional;

c) a elaboração das diretrizes da política de formação de docentes de educação profissional e o planejamento da formação dos docentes, gestores e técnicos da educação profissional realizados pelo Instituto Anísio Teixeira.

Art. 6º – Compete à Coordenação de Informações Estratégicas da Educação Profissional – CIP:

a) Coordenar a documentação da SUPROF, relativa ao fluxo de documentos, zelando pela guarda, distribuição e resposta aos órgãos competentes;

b) Organizar e sistematizar os dados elaborados pelas Diretorias da SUPROF em informações e produtos a serem disponibilizados aos órgãos competentes, incluindo a alimentação dos sistemas governamentais, após serem validados pelo Superintendente;

c) Instruir processos que envolvam questões de Direito Educacional relativas à educação profissional, para envio dos mesmos ao Núcleo de Atos do GABSEC;

d) Zelar, nas ausências do Superintendente e seu substituto eventual, pelo atendimento às demandas do GABSEC e dos demais órgãos demandantes pelas Diretorias da SUPROF;

e) Contribuir para a difusão de informações da Educação Profissional, após a validação do Superintendente, através do envio das mesmas à Assessoria de Comunicação do GABSEC;

f) Fornecer as informações necessárias, acompanhar e avaliar a realização de eventos específicos da Educação Profissional, executados pela Diretoria Geral;

SEÇÃO II

DIRETORIAS E COORDENAÇÕES

Art. 7º – À Diretoria de Gestão da Infraestrutura e Financiamento da Educação Profissional – DIRGEP, além das competências gerais das Diretorias, compete especificamente:

a) Apresentar, a partir das diretrizes e metas do Plano de Educação Profissional da Bahia, propostas de programa (s) específico (s) a ser (em) incluídos no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento Anual (LOA) sob a coordenação do GABSEC e da Diretoria de Orçamento, observando as diretrizes gerais estabelecidas pela Secretaria de Planejamento;

b) Em articulação com a Diretoria de Orçamento e com a Diretoria de Finanças da Diretoria Geral:

- acompanhar e controlar os saldos financeiros e os créditos orçamentários dos programas sob a coordenação da SUPROF, solicitando alterações orçamentárias, quando necessárias, bem como os saldos bancários dos Convênios administrados pela SUPROF;

- acompanhar e controlar as metas físicas previstas nos instrumentos de planejamento constitucional: PPA, LOA e LDO;

- programar, registrar, executar e acompanhar as despesas geradas pela Superintendência, de acordo com o Orçamento-Programa, em articulação com Diretoria de Orçamento Público e Diretoria de Finanças;

c) Elaborar a prestação de contas anual da Superintendência, a ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, conforme resolução do TCE;

d) Atender aos órgãos de Controle Interno e Externo no que compete às funções da SUPROF, incluindo a prestação de informações, orientações e esclarecimentos sobre a execução dos Convênios da Unidade;

e) Apresentar proposta de destinação de recursos financeiros para a rede estadual de educação profissional, e após a aprovação do Superintendente, executar o repasse para as unidades, mediante planos de ação apresentados pelas mesmas, devidamente aprovado pela Diretoria a que a ação for pertinente;

f) Acompanhar e monitorar a execução financeira dos recursos repassados às unidades de educação profissional, bem como as suas respectivas prestações de contas;

g) Planejar, executar, acompanhar, monitorar e supervisionar a melhoria da infraestrutura de equipamentos específicos e respectivos insumos da rede estadual de educação profissional, composta por Centros Estaduais e Centros Territoriais de Educação Profissional e seus anexos;

h) Planejar, acompanhar, monitorar e avaliar, no que se refere à rede estadual de educação profissional, a melhoria da infraestrutura física das unidades de educação profissional, em parceria com a SUPEC e a SUCAB;

i) Planejar, acompanhar, monitorar e avaliar o provimento de alimentação escolar e fardamento, em parceria com a SUPEC;

j) Assessorar às DIREC na sua área de competência;

k) Assessorar e acompanhar as atividades dos vice-diretores administrativo-financeiro e servidores administrativos e financeiros da rede estadual de educação profissional;

l) Assessorar o Superintendente de Educação Profissional nos assuntos de sua competência;

m) Prestar contas das tarefas sob sua responsabilidade e a si delegadas pelo Superintendente de Educação Profissional;

I – Compete à Coordenação de Cooperação e Financiamento da Educação Profissional - CFP

a) Programar, registrar, executar e acompanhar as despesas geradas pela Superintendência, de acordo com o Orçamento-Programa, em articulação com a Diretoria Geral, por meio da Diretoria de Orçamento e Diretoria de Finanças;

b) Acompanhar e controlar os saldos bancários dos Convênios administrados pela SUPROF e solicitar à Diretoria Geral a aplicação dos recursos disponíveis de acordo com o ajuste firmado e/ou legislação aplicável;

c) Elaborar a prestação de contas dos recursos oriundos do Governo Federal, consolidando e, após aprovação da diretoria e da superintendência, encaminhando à Diretoria de Orçamento, para análise e encaminhamento aos órgãos competentes;

d) Registrar e controlar as obrigações a pagar, concernentes a fornecedores, serviços de terceiros, impostos e taxas de serviços públicos e outros;

e) Registrar e controlar os movimentos financeiros da Superintendência, bem como as transferências de recursos federais, estaduais, municipais e das unidades de educação profissional;

f) Acompanhar a concessão e prestação de contas de adiantamento da Superintendência, encaminhando à Diretoria de Finanças, por meio da Diretoria Geral, para análise e registro no Sistema de Controle Orçamentário e Financeiro;

g) Realizar a conciliação das contas bancárias movimentadas pela Superintendência;

h) Orientar, acompanhar e monitorar as despesas geradas pelas Unidades de Educação Profissional com recursos do Caixa Escolar, a aplicação dos recursos referentes a adiantamentos e as transferências, bem como as respectivas prestações de contas;

i) Assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;

j) Prestar contas das tarefas sob sua responsabilidade e a si delegadas pelo Diretor.

II – Compete à Coordenação da Gestão da Infraestrutura de Educação Profissional - CGP

a) realizar os processos de aquisição de bens e contratação de serviços, exclusivamente vinculados diretamente à educação profissional, bem como apreciar e dar andamento aos processos licitatórios, zelando pelo exato cumprimento das disposições legais;

b) Executar, acompanhar, monitorar e supervisionar a melhoria da infraestrutura de equipamentos da rede estadual de educação profissional, referente ao planejamento da expansão e funcionamento da rede definido no Plano de Educação Profissional da Bahia;

c) Realizar os procedimentos que garantam o registro de preços dos itens específicos de bens e serviços da educação profissional, junto à SAEB;

d) Planejar, acompanhar e avaliar a execução das obras de -infraestrutura física das unidades de educação profissional, incluindo construção, reformas e ampliações em parceria com a SUPEC e a SUCAB;

e) Planejar, acompanhar e avaliar o provimento de alimentação escolar e fardamento dos estudantes nas unidades de educação profissional em parceria com a SUPEC;

f) assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;

g) prestar contas das tarefas sob sua responsabilidade e a si delegadas pelo Diretor.

Art. 8º – À Diretoria de Institucionalização da Educação Profissional – DIREPI, além das competências gerais das Diretorias, compete especificamente:

a) Promover, coordenar, monitorar e supervisionar em conjunto com as demais Diretorias da SUPROF, as ações de melhoria institucional e operacional das unidades de educação profissional, na perspectiva da execução plena do Plano de Educação Profissional da Bahia;

b) Zelar, acompanhar, monitorar e promover o cumprimento das normas e adoção de práticas de gestão democrática no âmbito das unidades da rede de educação profissional da Bahia;

c) Propor a definição de padrões mínimos de infraestrutura, equipamentos, mobiliários, rede física e gestão de pessoas para implantação e funcionamento das unidades de educação profissional;

d) Garantir a inclusão fidedigna das informações das unidades de educação profissional nos sistemas de gestão da Secretaria de Educação e do Ministério da Educação e nos Sistemas de Regulação do Conselho Estadual de Educação e do Ministério da Educação;

e) Acompanhar, monitorar e supervisionar a execução das metas de matrícula (acesso, permanência e aprovação) nas unidades da rede estadual de educação profissional;

f) acompanhar e contribuir para a gestão do sistema de matrícula e do reordenamento no que se refere às unidades da educação profissional, de responsabilidade da Diretoria de Organização e Funcionamento da Rede de Ensino da (SUPEC);

g) zelar pelo cumprimento da legislação educacional no âmbito da rede estadual de educação profissional;

h) propor e instruir a implantação e credenciamento das unidades e a implantação, autorização, renovação de cursos da rede estadual de educação profissional;

i) analisar e emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados à gestão operacional das unidades da rede estadual de educação profissional;

j) Acompanhar, junto à SUDEPE, o provimento de pessoal docente e de apoio das unidades da rede estadual de educação profissional;

k) Assessorar a DIREC na sua área de competência;

l) Assessorar e acompanhar as atividades dos vice-diretores administrativos financeiros, servidores administrativos e coordenadores técnicos dos cursos da rede estadual de educação profissional;

m) assessorar o Superintendente de Educação Profissional nos assuntos de sua competência;

n) prestar contas das tarefas sob sua responsabilidade e a si delegadas pelo Superintendente de Educação Profissional.

I – Compete à Coordenação de Monitoramento Institucional da Educação Profissional – CMP

a) Acompanhar e monitorar o cumprimento das normas de gestão democrática e os Conselhos dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia;

b) Garantir a inclusão fidedigna das informações das unidades de educação profissional nos sistemas de gestão da Secretaria de Educação e do Ministério da Educação;

c) Acompanhar e contribuir para a gestão do sistema de matrícula e do reordenamento no que se refere às unidades da educação profissional, de responsabilidade da Diretoria de Organização e Funcionamento da Rede de Ensino da (SUPEC);

d) Acompanhar, monitorar e supervisionar a execução das metas de matrícula (acesso, permanência e aprovação)

e) Apoiar, quando requisitado pela Superintendência, ações de monitoramento e inspeção de unidades escolares gerais ou específicas da educação profissional;

f) Contribuir com a SUDEPE no sentido de projetar e acompanhar o provimento da demanda de pessoal docente e de apoio e sua programação nas unidades da rede estadual de educação profissional, em consonância com o Plano de Educação Profissional da Bahia;

g) assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;

h) prestar contas das tarefas sob sua responsabilidade e a si delegadas pelo Diretor.

II – Compete à Coordenação da Regulação da Educação Profissional - CRP

CONVÊNIO nº 524/2008 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPROF/DIEESE

- a) Definir padrões mínimos de infraestrutura, equipamentos, mobiliários, rede física e gestão de pessoas para implantação e funcionamento das unidades de educação profissional;
- b) Estabelecer fluxos administrativos, procedimentos e instrumentos que garantam o cumprimento da legislação educacional no âmbito da rede estadual de educação profissional;
- c) Propor e instruir a implantação e credenciamento das unidades e a implantação, autorização, renovação de cursos da rede estadual de educação profissional;
- d) Garantir a inclusão fidedigna das informações das unidades de educação profissional nos sistemas de regulação do Conselho Estadual de Educação e do Ministério da Educação;
- e) Assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;
- f) Prestar contas das tarefas sob sua responsabilidade e a si delegadas pelo Diretor.

Art. 9º – À Diretoria de Desenvolvimento da Educação Profissional – DIRDEP, além das competências gerais das Diretorias, compete especificamente:

- a) Propor, executar, acompanhar, monitorar e avaliar políticas e estratégias de desenvolvimento pedagógico da educação profissional, em consonância com as demandas sociais e do mundo do trabalho, alinhadas às diretrizes educacionais vigentes;
- b) Elaborar, coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar, no âmbito da rede estadual de educação profissional, projetos e ações relativas ao desenvolvimento da dimensão pedagógica e didática da educação profissional;
- c) Orientar as unidades da rede estadual de educação profissional quanto aos princípios, diretrizes, currículos e práticas pedagógicas da educação profissional;
- d) Propor e acompanhar convênios relacionados à dimensão pedagógica da educação profissional;
- e) Implementar e avaliar currículos, metodologias e práticas pedagógicas inovadoras na educação profissional;
- f) Elaborar, implementar e avaliar material didático e objetos educacionais e a sua utilização na rede estadual de educação profissional ;
- g) Elaborar, implementar e avaliar as matrizes curriculares e, quando solicitado, ementas dos cursos de educação profissional;
- h) Elaborar e implementar processos de avaliação pedagógica da educação profissional;
- i) Elaborar, implementar e avaliar programa de memória e de aquisição do acervo técnico da educação profissional;

- j) Elaborar as diretrizes da política de formação de docentes de educação profissional;
- k) Elaborar o planejamento, acompanhar e avaliar os programas de formação de docentes, gestores e técnicos da educação profissional realizados pelo Instituto Anísio Teixeira;
- l) Assessorar a DIREC na sua área de competência;
- m) Assessorar e acompanhar as atividades de formação dos vice-diretores técnico-pedagógico, coordenadores pedagógicos e professores da rede estadual de educação profissional;
- n) Aprovar e avaliar os projetos políticos pedagógicos, os planos de curso e os planos de ação pedagógica das unidades da rede estadual de educação profissional;
- o) Elaborar, implementar e avaliar ações e serviços de Orientação Profissional, incluindo a promoção do estágio;
- p) Elaborar, implementar e avaliar metodologias e serviços de Certificação Profissional;
- q) Assessorar o Superintendente de Educação Profissional nos assuntos de sua competência;
- r) Prestar contas das tarefas sob sua responsabilidade e a si delegadas pelo Superintendente de Educação Profissional.

I – Compete à Coordenação de Currículos e Práticas Pedagógicas da Educação Profissional – CPP

- a) Monitorar sistematicamente, quanto aos aspectos pedagógicos, as unidades da rede estadual de educação profissional;
- b) Acompanhar e supervisionar, no âmbito da rede estadual de educação profissional, a situação e pertinência de:
 - currículos, metodologias e práticas pedagógicas inovadoras;
 - material didático e objetos educacionais e a sua utilização na rede estadual de educação profissional;
 - matrizes curriculares e ementas dos cursos de educação profissional;
- c) Implementar processos de avaliação pedagógica da educação profissional;
- d) Implementar programa de memória e de aquisição do acervo técnico da educação profissional;
- e) Contribuir na elaboração das diretrizes da política de formação de docentes de educação profissional;

- f) Acompanhar atividades formativas para professores, gestores e técnicos;
 - g) Acompanhar os vice-diretores, técnico-pedagógico e de articulação com o mundo do trabalho, os coordenadores pedagógicos e professores da rede estadual de educação profissional;
 - h) Analisar e avaliar os projetos políticos pedagógicos, os planos de curso e os planos de ação pedagógica das unidades da rede estadual de educação profissional;
 - i) Acompanhar projetos de memória e documentação da educação profissional na sede da Secretaria de Educação e nas unidades da rede estadual de educação profissional;
 - j) Manter organizado o acervo documental (documentos, livros, textos, fotografias, vídeos, entre outros) da educação profissional na sede, orientando o mesmo procedimento nos Centros de Educação Profissional;
 - k) Emitir orientações para a constituição e utilização de bibliotecas técnicas e seu acervo;
 - l) Assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;
 - m) Prestar contas das tarefas sob sua responsabilidade e a si delegadas pelo Diretor.
- II – Compete à Coordenação de Orientação Profissional - COP
- a) Implementar e avaliar os Serviços de Integração Escola Mundo do Trabalho – SIEMT nas unidades da rede estadual de educação profissional;
 - b) Promover a troca de experiências em orientação profissional;
 - c) Propor e organizar ações e atividades vinculadas à orientação profissional;
 - d) Elaborar normativas operacionais do estágio curricular dos cursos de educação profissional;
 - e) Monitorar e supervisionar o estágio curricular nas unidades da rede estadual de educação profissional;
 - f) Propor e monitorar acordos de cooperação técnica com entidades públicas e privadas quanto à concessão de estágio;
 - g) Promover visitas de estudantes às entidades empregadoras e destas às unidades da rede estadual de educação profissional;
 - h) Proceder o levantamento sistemático das dificuldades de aprendizagem e respectivas soluções pedagógicas nos cursos de educação profissional;
 - i) Acompanhar e orientar os vice-diretores de articulação com o mundo do trabalho e servidores participantes do SIEMT;

j) Assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;

k) Prestar contas das tarefas sob sua responsabilidade e a si delegadas pelo Diretor

III – Compete à Coordenação de Certificação Profissional – CCP

a) Implementar e avaliar metodologias e processos de certificação profissional nas unidades da rede estadual de educação profissional;

b) Promover a troca de experiências em Certificação Profissional;

c) Propor e organizar ações e atividades vinculadas à Certificação Profissional;

d) Elaborar normativas operacionais para a implantação de processos de certificação nas unidades da rede estadual de educação profissional;

e) Monitorar e supervisionar a certificação nas unidades da rede estadual de educação profissional;

f) Monitorar acordos de cooperação técnica com o Ministério da Educação e outras entidades públicas e privadas quanto à Certificação Profissional;

g) Assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;

h) Prestar contas das tarefas sob sua responsabilidade e a si delegadas pelo Diretor.

Art. 10º – À Diretoria de Planejamento, Estudos e Pesquisas de Educação Profissional – DIRPEP, além das competências gerais das Diretorias, compete especificamente:

a) Planejar a oferta de educação profissional da rede estadual, em função das demandas do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Bahia, sistematizando informações existentes e/ou por meio de consultas, análises, estudos e pesquisas, junto aos territórios de identidade, arranjos produtivos locais e cadeias produtivas e demandantes da sociedade civil;

b) Monitorar a execução global do Plano de Educação Profissional da Bahia;

c) Propor critérios para implementação de políticas e estratégias para o planejamento, a organização, monitoramento e a supervisão da gestão da rede estadual de educação profissional;

d) Coordenar o planejamento interno da SUPROF, articulando-o com o planejamento da SEC e com o PPA;

e) Propor diretrizes para o desenvolvimento de parcerias com as demais secretarias e organismos governamentais e organizações da sociedade civil no sentido de atender demandas e potencializar a inserção no mundo do trabalho dos estudantes da rede estadual de educação profissional;

f) Coordenar a elaboração de propostas de convênios, ajustes, acordos e atos similares, captando recursos extra-orçamentários para a educação profissional e acompanhar a sua execução matricial;

g) Propor intervenções para o fortalecimento da rede estadual de educação profissional envolvendo boas práticas pedagógicas, de gestão, de memória e de articulação com os sujeitos sociais dos Territórios de Identidade;

h) Realizar estudos com vistas à proposição de indicadores para avaliação de gestão no âmbito da rede estadual de educação profissional, em parceria com a SUPAV;

i) Desenvolver projetos de iniciação científica, de produção de tecnologias sociais, e outros projetos especiais relacionados à educação profissional;

j) Assessoria à DIREC na sua área de competência;

k) Assessoria e acompanhamento de atividades dos vice-diretores, administrativos financeiros e de articulação com o mundo do trabalho, os coordenadores técnicos e servidores administrativos da rede estadual de educação profissional;

l) Assessorar o Superintendente de Educação Profissional nos assuntos de sua competência;

m) Prestar contas das tarefas sob sua responsabilidade e a si delegadas pelo Superintendente de Educação Profissional

I – Compete à Coordenação de Estudos e Pesquisas de Demandas de Educação Profissional - CDP

a) Sistematizar informações e dados existentes relativos à educação profissional;

b) Coordenar consultas, análises, estudos e pesquisas, junto aos territórios de identidade, arranjos produtivos locais e cadeias produtivas e demandantes da sociedade civil;

c) Coordenar a elaboração de convênios, ajustes, acordos e atos similares;

d) Realizar estudos com vistas à proposição de indicadores para avaliação de gestão no âmbito da rede estadual de educação profissional, em parceria com a SUPAV;

e) Elaborar projetos de iniciação científica, de produção de tecnologias sociais, e outros projetos especiais relacionados à educação profissional

f) Assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;

g) Prestar contas das tarefas sob sua responsabilidade e a si delegadas pelo Diretor.

II – Compete à Coordenação de Planejamento da Oferta de Educação Profissional - CPO

a) Monitorar o planejamento interno da SUPROF, articulando-o com o planejamento da SEC e com o PPA;

b) Elaborar critérios para implementação de políticas e estratégias para o planejamento, a organização, monitoramento e a supervisão da gestão da rede estadual de educação profissional;

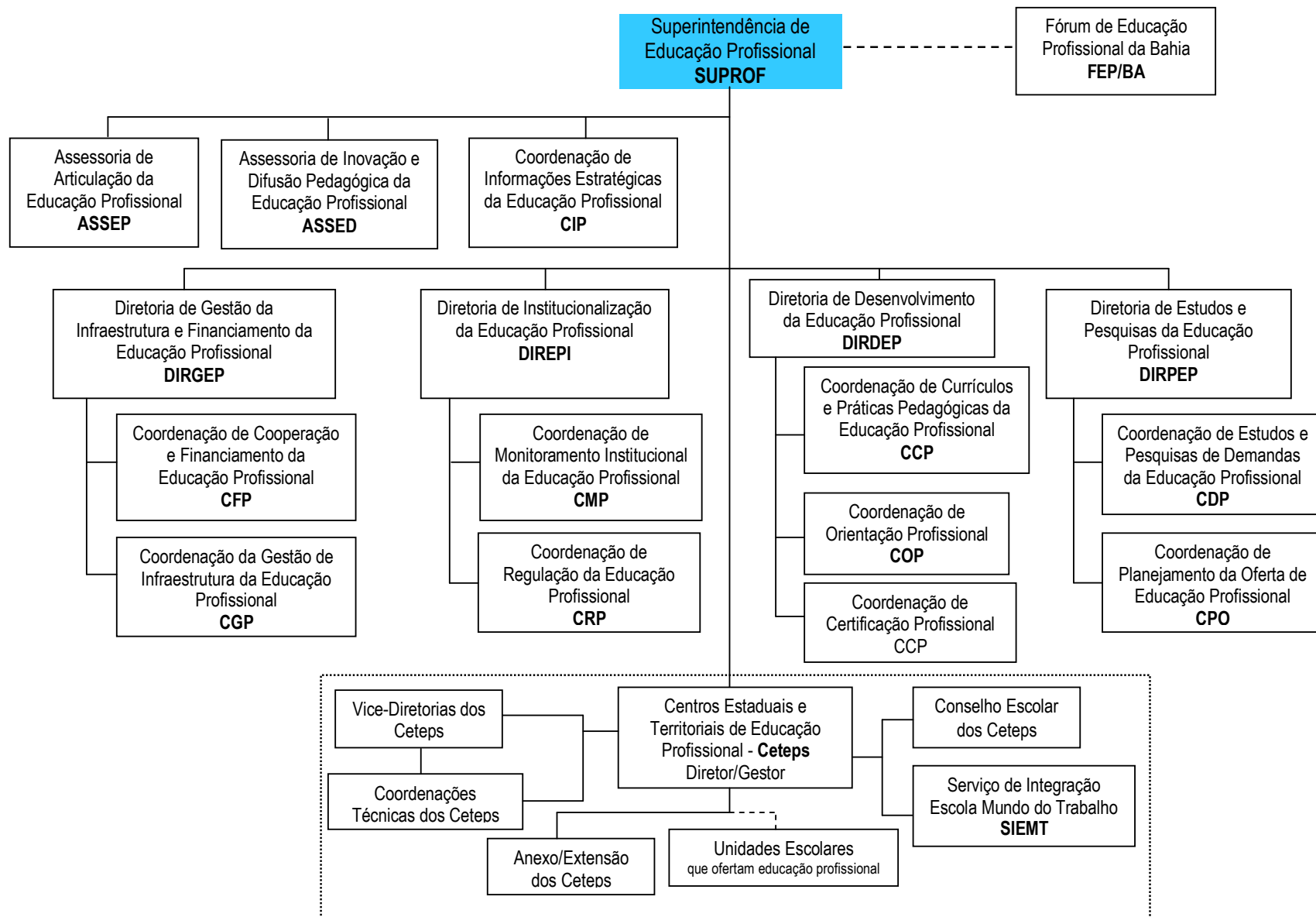
c) Elaborar diretrizes para o desenvolvimento de parcerias com as demais secretarias e organismos governamentais e organizações da sociedade civil no sentido de atender demandas e potencializar a inserção no mundo do trabalho dos estudantes da rede estadual de educação profissional;

d) Elaborar diretrizes para o monitoramento da relação oferta e demanda de educação profissional na Bahia;

e) Assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;

f) Prestar contas das tarefas sob sua responsabilidade e a si delegadas pelo Diretor.

PROPOSTA DE ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ATUAL DA SUPROF



IX. ANEXOS

PROJETO

**Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados
Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação
Profissional da Bahia**

**CONVÊNIO Nº 524/2008 SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO/SUPROF– DIEESE**

***Subprojeto III – Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação
Profissional da Bahia***

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

**1ª OFICINA: APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DOS MODELOS DE
GESTÃO DAS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

NOVEMBRO DE 2010


DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO	03
II. DESCRIÇÃO DO EVENTO	05
1. TIPO DE ATIVIDADE	05
2. DURAÇÃO	05
3. COORDENADORES	05
4. TEMAS TRATADOS	05
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	05
6. RECURSOS PEDAGÓGICOS	05
7. MATERIAL DIDÁTICO	05
III. PROGRAMA	06
IV. FOTOS DO EVENTO	07
V. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES	09
VI. ANEXOS: LISTA DE PRESENÇA	10

I. APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta o desenvolvimento da *1ª Oficina: Apresentação do Estudo dos Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional*, realizada nos dias 05 e 06 de novembro de 2010, na Fundação Luís Eduardo Magalhães - FLEM – Salvador – BA, no âmbito do **Subprojeto III – Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia**, integrante do **Projeto: Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia, CONVÊNIO Nº 524/2008 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPROF – DIEESE**.

A oficina teve como objetivo geral apresentar à equipe de gestores e técnicos da SUPROF os resultados do Estudo dos Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional, buscando subsidiar a discussão e a tomada de decisão em relação ao modelo de gestão da educação profissional a ser adotado.

A atividade inicia-se com a apresentação dos participantes e dos objetivos e pauta da atividade. Na parte da tarde foi apresentado o Estudo dos Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional que tratou dos objetivos, metodologia do estudo, análise das informações e os resultados gerais obtidos com o levantamento. Estes resultados abrangeram a estrutura das redes pesquisadas, suas ofertas de educação profissional, matrículas, modalidades, eixos tecnológicos e cursos ofertados. Em seguida feitos os esclarecimentos seguiu-se o debate entre os participantes.

O segundo dia da oficina deu continuidade à segunda parte do estudo tratando dos resultados relativos ao modelo de gestão, serviços ofertados pelas unidades de educação profissional, marco regulatório e financiamento. Ainda nesta segunda parte foram apresentados os resultados referentes à relação com outras instituições de educação profissional, movimentos sociais e o mundo do trabalho, estabelecido pelas redes estaduais. Por último foram apresentadas as conclusões do estudo.

A sistematização feita pelos participantes abordou questões de duas naturezas. De um lado foram elencadas as lacunas existentes no estudo sendo algumas delas possíveis de serem preenchidas. De outro a impossibilidade de eleger uma rede como paradigmática de um modelo de gestão que atenda aos propósitos da educação profissional da Bahia. Em cada um dos modelos pesquisados existem aspectos positivos, que podem ser adotados, e negativos que não atendem à concepção que está contida no Plano de Educação Profissional da Bahia.

Como recomendação foi sugerida a necessidade de aprofundamento do modelo de gestão em algumas redes, quais sejam: Acre, Amazonas, Ceará, Paraná, Pernambuco e São Paulo. Recomendou-se estudar o marco legal (Leis, Decretos, Resoluções e Pareceres dos Conselhos Estaduais de Educação) e a estrutura organizacional destas redes. Nesta oficina foi sugerido pelos gestores e técnicos da Suprof o mapeamento da estrutura e organização de algumas autarquias e empresas da administração indireta do governo do estado da Bahia, nesta relação incluiu-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA. Para a segunda oficina a realizar-se no

final do mês foi sugerido a realização de um intercâmbio de troca de informações com as redes do Acre, Ceará, Paraná e São Paulo já agendada para os dias 26 e 27 de novembro de 2010.

Participaram da oficina 10 gestores da equipe da SUPROF. Da equipe do DIEESE, participaram 3 técnicos e 2 consultores, atuando como coordenadores e palestrantes, além de membros que deram suporte técnico e apoio à atividade.

II. DESCRIÇÃO DO EVENTO

1. TIPO DE ATIVIDADE: Oficina

- **NOME:** 1ª Oficina: Apresentação do Estudo dos Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional
- **LOCAL:** Salvador – BA
- **DATA:** 05 e 06 de novembro de 2010

2. DURAÇÃO

- 16 horas

3. PALESTRANTES E COORDENADORES

- Almerico Biondi Lima – Superintendente de Educação Profissional do Estado da Bahia
- Guillermo Javier Pedreira Etkin – Economista - Consultor
- Lavínia Maria de Moura Ferreira – Economista, Técnica do DIEESE e Coordenadora do Projeto DIEESE/SUPROF

4. TEMAS TRATADOS

- Plano de Educação Profissional do Estado da Bahia
- Resultados do Estudo dos Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Plano de Educação Profissional do Estado da Bahia
- Relatório do Estudo dos Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional

6. RECURSOS PEDAGÓGICOS

- Apresentação de *Slides*
- Debates em plenária
- Leitura de textos
- Sistematização

7. MATERIAL DIDÁTICO

- *Lap top*
- *Data show*

III. PROGRAMA**PROJETO SUPROF/DIEESE****DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE DADOS
ESTRATÉGICOS E DE FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DA BAHIA****SUBPROJETO III – FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA****1ª OFICINA: APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DOS MODELOS DE GESTÃO DAS REDES ESTADUAIS DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL****Salvador – 05 e 06 de novembro de 2010**

Dia/Período	Dia 05/11 - sexta-feira	Dia 06/11 - sábado
Manhã	<ul style="list-style-type: none">• Abertura e Apresentação dos Participantes• Apresentação do Programa• Apresentação do Plano de Educação Profissional	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Estudo de Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional (parte 2)• Esclarecimentos e Debate
Tarde	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Estudo de Modelos de Gestão das Redes Estaduais de Educação Profissional (parte 1)• Esclarecimentos e Debate	<ul style="list-style-type: none">• Sistematização dos Resultados do Estudo• Avaliação e Encerramento

IV. FOTOS DO EVENTO





V. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Nº	PARTICIPANTE	ENTIDADE
1.	ANTÔNIO ALMERICO BIODI LIMA	SUPROF
2.	ANTÔNIO LUIZ CARVALHO FERNANDES	DIEESE
3.	CARLOS ALBERTO MENEZES	SUPROF /DIREP
4.	CLÁUDIA OLIVEIRA DOS SANTOS	SUPROF/GAB
5.	GLADIMIR ARAUJO FERREIRA	SUPROF/GAB
6.	GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN	DIEESE
7.	LAVÍNIA MARIA DE MOURA FERREIRA	DIEESE
8.	MARIA DA GLÓRIA VIEIRA L. F. E PASSOS	SUPROF/DIRGEP
9.	MARIA RENILDA DALTRO MOURA	SUPROF/GAB
10.	MARIA TERESA DE LEMOS VILAÇA	SUPROF/DIRDEP
11.	MARIA VALÉRIA MONTEIRO LEITE	DIEESE
12.	NATÃ SILVA VIEIRA	DIEESE
13.	NEÍVIA MARIA MATOS LIMA	SUPROF/GAB
14.	TATIANA SCALCO SILVEIRA CRAVO	SUPROF/ DIRFIC
15.	CRISTINA KAVALKIEVICZ	SIMPRO/CONTEE

VI. ANEXOS: LISTA DE PRESENÇA

PROJETO: “DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE DADOS ESTRATÉGICOS E DE FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA”

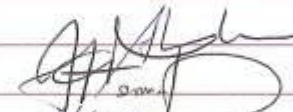
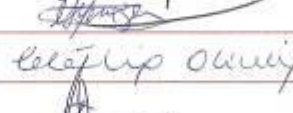
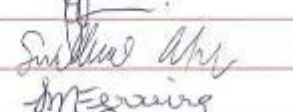

SUBPROJETO III – FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

1ª OFICINA: APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DOS MODELOS DE GESTÃO DAS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

LOCAL: SALVADOR - BAHIA

LISTA DE PRESENÇA

DATA 05 e 06 /11/2010

Nº	NOME	ENTIDADE	CARGO	ASSINATURA
1.	ANTÔNIO ALMERICO BIONDI LIMA	SUPROF	SUPERINTENDENTE	
2.	ANTÔNIO LUIZ CARVALHO FERNANDES	DIEESE	CONSULTOR	
3.	CARLOS ALBERTO MENEZES	SUPROF /DIREP	DIRETOR	
4.	CLÁUDIA OLIVEIRA DOS SANTOS	SUPROF/GAB	ASSESSORA TÉCNICA	
5.	GLADIMIR ARAUJO FERREIRA	SUPROF/GAB	COORD. DE COMUN. E EVENTOS	
6.	GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN	DIEESE	CONSULTOR	
7.	LAVÍNIA MARIA DE MOURA FERREIRA	DIEESE	COORDENADORA	
8.	MARIA DA GLÓRIA VIEIRA L. F. E PASSOS	SUPROF/DIRGEP	DIRETORA	

PROJETO: "DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE DADOS ESTRATÉGICOS E DE FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA"

SUBPROJETO III – FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

1ª OFICINA: APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DOS MODELOS DE GESTÃO DAS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

LOCAL: SALVADOR - BAHIA

LISTA DE PRESENÇA

DATA 05 e 06 /11/2010

Nº	NOME	ENTIDADE	CARGO	ASSINATURA
9.	MARIA RENILDA DALTRO MOURA	SUPROF/GAB	ASSESSORA	Maria Renilda Daltro Moura
10.	MARIA TERESA DE LEMOS VILAÇA	SUPROF/DIRDEP	DIRETORA	Maria Teresa de Lemos Vilaça
11.	MARIA VALÉRIA MONTEIRO LEITE	DIEESE	COORDENADORA SUB I	Maria Valéria Monteiro Leite
12.	NATÁ SILVA VIEIRA	DIEESE	TÉCNICO	Natá Silva Vieira
13.	NEIVIA MARIA MATOS LIMA	SUPROF/GAB	COORD. DE PLANEJ. E DOCUMENTAÇÃO	Neivia Maria Matos Lima
14.	TATIANA SCALCO SILVEIRA CRAVO	SUPROF/DIRFIC	DIRETORA	Tatiana Scalco
15.	CRISTINA KAWALKIEWICZ	SUPROF/CONTEC	DIRETORA	Cristina Kawalkiewicz
16.				

PROJETO

**Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados
Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação
Profissional da Bahia**

**CONVÊNIO Nº 524/2008 SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO/SUPROF– DIEESE**

***Subprojeto III – Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação
Profissional da Bahia***

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

**II OFICINA: INTERCÂMBIO SOBRE MODELOS DE GESTÃO
ENTRE AS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL –
BAHIA, CEARÁ E PARANÁ**

NOVEMBRO DE 2010



SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO	03
II. DESCRIÇÃO DO EVENTO	04
1. TIPO DE ATIVIDADE	04
2. DURAÇÃO	04
3. PALESTRANTES E COMENTADORES	04
4. TEMAS TRATADOS	04
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	04
6. RECURSOS PEDAGÓGICOS	04
7. MATERIAL DIDÁTICO	05
III. PROGRAMA	06
IV. FOTOS DO EVENTO	07
V. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES	09
VI. ANEXOS: LISTA DE PRESENÇA	10

I. APRESENTAÇÃO

O presente relatório sistematiza os resultados da *II Oficina: Intercâmbio sobre Modelos de Gestão entre as Redes Estaduais de Educação Profissional – Bahia, Ceará e Paraná*, realizada em dois dias. O primeiro dia, 26 de novembro de 2010, aconteceu na Fundação Luís Eduardo Magalhães – FLEM e o segundo dia, 27 de novembro de 2010, foi realizada no Gran Hotel Stella Maris Resort & Conventions, ambos em Salvador – BA. Essa oficina faz parte do Subprojeto III – Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia, integrante do **Projeto: Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia, CONVÊNIO Nº 524/2008 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPROF – DIEESE**.

A oficina teve como objetivo estabelecer um intercâmbio de informações entre as redes¹ de educação profissional dos estados do Ceará e Paraná e da Bahia. Apresentar os resultados parciais dos estudos complementares sugeridos na 1ª oficina além de sistematizar os resultados do intercâmbio e elaborar as diretrizes para o desenho do modelo de gestão a ser adotado para a educação profissional na Bahia.

No primeiro dia da oficina foram realizadas a abertura e as apresentações dos participantes, apresentado e discutido o programa proposto para a atividade e seus objetivos. Na sequência ficou a cargo dos gestores das redes de educação profissional convidadas, Ceará e Paraná, a apresentação da concepção, oferta e os seus respectivos modelos de gestão da educação profissional, em seguida as mesmas informações para a rede de educação profissional da Bahia foram apresentadas pela Suprof. Foram aqui ressaltados pelos gestores o processo histórico de formação das redes, sua estrutura e organização e, os limites e desafios de cada modelo. Após as apresentações seguiu-se a troca de informações mais específicas e o debate entre os gestores.

O segundo dia foi reservado à apresentação dos resultados parciais do mapeamento da estrutura e organização de algumas autarquias e empresas da administração indireta do governo do estado da Bahia. A apresentação contextualizou historicamente os modelos de gestão presentes na administração pública brasileira. Em seguida tratou dos conceitos e definições existentes acerca dos modelos de gestão pública. As formas de administração direta, indireta, fundações, empresas públicas e autarquias. Como última etapa apresentou os resultados parciais do mapeamento realizado.

Por fim foi feita uma sistematização das discussões levantadas ao longo da oficina, com uma reflexão dos técnicos e gestores da SUPROF sobre os desafios, limites e oportunidades para a definição do modelo adequado à gestão da Educação Profissional na Bahia.

¹ Os estados do Acre e São Paulo foram convidados como sugerido na 1ª oficina, mas os gestores indicados não tinham agenda disponível.

Participaram da oficina 8 gestores da equipe da SUPROF e 4 gestores das redes de Educação Profissional convidadas (Ceará e Paraná). Da equipe do DIEESE, participaram 3 técnicos e 2 consultores, atuando como coordenadores e palestrantes, além de membros que deram suporte técnico e apoio a atividade.

II. DESCRIÇÃO DO EVENTO

1. TIPO DE ATIVIDADE: Oficina

- **NOME:** 2ª Oficina: Intercâmbio sobre Modelos de Gestão entre as Redes Estaduais de Educação Profissional – Bahia, Ceará e Paraná
- **LOCAL:** Salvador-Ba
- **DATA:** 26 e 27 de novembro de 2010

2. DURAÇÃO

- 16 horas

3. PALESTRANTES E COMENTADORES

- Almerico Biondi Lima – Superintendente de Educação Profissional do Estado da Bahia
- Andréa Araujo Rocha - Articuladora da Educação Profissional/Ceará
- Andréa de Paula Ceccatto - Coordenadora de Educação Profissional /Paraná
- Guillermo Javier Pedreira Etkin – Economista - Consultor
- Lavínia Maria de Moura Ferreira – Economista, Técnica do DIEESE e Coordenadora do Projeto.
- Maria Socorro Farias dos Santos - Orientadora da Célula de Currículo/ Ceará
- Sandra Regina de Oliveira Garcia - Chefe do Departamento de Educação e Trabalho/Paraná

4. TEMAS TRATADOS

- Modelo de Gestão da Educação Profissional do Ceará
- Modelo de Gestão da Educação Profissional do Paraná.
- Modelo de Gestão da Educação Profissional da Bahia
- Modelos de Gestão Pública: Histórico, Conceitos e Definições
- Modelos de Gestão da Administração Pública Indireta do estado da Bahia

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Legislação e Normativas das Redes Estaduais de Educação Profissional
- Estudo dos Modelos de Gestão Pública do estado da Bahia

6. RECURSOS PEDAGÓGICOS

- Apresentação de *Slides*

- Troca de informações
- Debates e discussões em plenária
- Sistematização

7. MATERIAL DIDÁTICO

- *Lap top*
- *Data show*
- *Flip-Chart*

III. PROGRAMA**PROJETO SUPROF/DIEESE****DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE DADOS
ESTRATÉGICOS E DE FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DA BAHIA****SUBPROJETO III – FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA****2ª OFICINA: INTERCÂMBIO SOBRE MODELOS DE GESTÃO ENTRE AS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL – BAHIA, CEARÁ E PARANÁ****Salvador/Ba – 26 e 27 de novembro de 2010**

Período/Dia	Dia 26/11 - sexta-feira	Dia 27/11 - sábado
Manhã	<ul style="list-style-type: none">• Abertura e Apresentação dos Participantes• Apresentação do programa• Apresentação da Rede Estadual de Educação Profissional do Ceará• Esclarecimentos de Debate	<ul style="list-style-type: none">• Modelos de gestão pública: histórico, conceitos e definições• Apresentação do Modelo de Gestão da Educação Profissional do Estado do Pará.• Esclarecimentos e Debate
Tarde	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação da Rede Estadual de Educação Profissional do Paraná.• Esclarecimentos e Debate•	<ul style="list-style-type: none">• Sistematização das atividades• Avaliação e Encerramento

IV. FOTOS DO EVENTO





V. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Nº	PARTICIPANTE	ENTIDADE
1.	ANDRÉA ARAUJO ROCHA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ
2.	ANDRÉA DE PAULA CECCATTO	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ
3.	ANTÔNIO ALMERICO BIONDI LIMA	SUPROF
4.	ANTÔNIO LUIZ CARVALHO FERNANDES	DIEESE
5.	CARLOS ALBERTO MENEZES	SUPROF /DIREP
6.	CLÁUDIA OLIVEIRA DOS SANTOS	SUPROF/GAB
7.	CRISTINA KAVALKIEVICZ	SINPRO/CONTEE
8.	GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN	DIEESE
9.	LAVÍNIA MARIA DE MOURA FERREIRA	DIEESE
10.	MARIA DA GLÓRIA VIEIRA L. F. E PASSOS	SUPROF/DIRGEP
11.	MARIA RENILDA DALTRO MOURA	SUPROF/GAB
12.	MARIA SOCORRO FARIAS DOS SANTOS	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ
13.	MARIA TERESA DE LEMOS VILAÇA	SUPROF/DIRDEP
14.	MARIA VALÉRIA MONTEIRO LEITE	DIEESE
15.	MARIANA RODRIGUES	SUPROF/GAB
16.	NATÃ SILVA VIEIRA	DIEESE
17.	NEIVIA MARIA MATOS LIMA	SUPROF/GAB
18.	SANDRA REGINA DE OLIVEIRA GARCIA	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ

VI. ANEXOS: LISTA DE PRESENÇA

PROJETO: “DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE DADOS ESTRATÉGICOS E DE FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA”


SUBPROJETO III – FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

2ª OFICINA: INTERCÂMBIO SOBRE MODELOS DE GESTÃO ENTRE AS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – BAHIA, CEARÁ E PARANÁ

LOCAL: SALVADOR - BAHIA

LISTA DE PRESENÇA

DATA 26 e 27 /11/2010

Nº	NOME	ENTIDADE	CARGO	ASSINATURA
1.	ANDRÉA ARAUJO ROCHA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ	ARTICULADORA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
2.	ANDRÉA DE PAULA CECCATTO	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ	COORDENADORA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
3.	ANTÔNIO ALMERICO BIODI LIMA	SUPROF	SUPERINTENDENTE	
4.	ANTÔNIO LUIZ CARVALHO FERNANDES	DIEESE	CONSULTOR	
5.	CARLOS ALBERTO MENEZES	SUPROF /DIREP	DIRETOR	
6.	CLÁUDIA OLIVEIRA DOS SANTOS	SUPROF/GAB	ASSESSORA TÉCNICA	
7.	CRISTINA KAVALKIEVICZ	SINPRO/CONTEE	DIRETORA EXECUTIVA	
8.	GLADIMIR ARAUJO FERREIRA	SUPROF/GAB	COORD. DE COMUN. E EVENTOS	
9.	GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN	DIEESE	CONSULTOR	
10.	LAVÍNIA MARIA DE MOURA FERREIRA	DIEESE	COORDENADORA	
11.	MARIA DA GLÓRIA VIEIRA L. F. E PASSOS	SUPROF/DIRGEP	DIRETORA	

PROJETO: “DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE DADOS ESTRATÉGICOS E DE FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA”

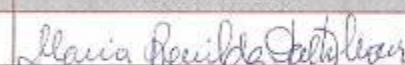
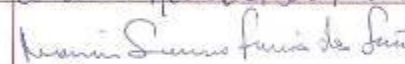

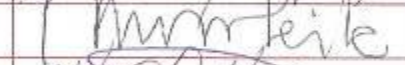





SUBPROJETO III – FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

2ª OFICINA: INTERCÂMBIO SOBRE MODELOS DE GESTÃO ENTRE AS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – BAHIA, CEARÁ E PARANÁ

LOCAL: SALVADOR - BAHIA

LISTA DE PRESENÇA

DATA 26 e 27 /11/2010

Nº	NOME	ENTIDADE	CARGO	ASSINATURA
12.	MARIA RENILDA DALTRÔ MOURA	SUPROF/GAB	ASSESSORA	
13.	MARIA SOCORRO FARIAS DOS SANTOS	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ	ORIENTADORA DA CÉLULA DE CURRÍCULO	
14.	MARIA TERESA DE LEMOS VILAÇA	SUPROF/DIRDEP	DIRETORA	
15.	MARIA VALÉRIA MONTEIRO LEITE	DIEESE	COORDENADORA SUB I	
16.	NATÃ SILVA VIEIRA	DIEESE	TÉCNICO	
17.	NEIVIA MARIA MATOS LIMA	SUPROF/GAB	COORD. DE PLANEJ. E DOCUMENTAÇÃO	
18.	SANDRA REGINA DE OLIVEIRA GARCIA	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ	CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO	
19.	TATIANA SCALCO SILVEIRA CRAVO	SUPROF/ DIRFIC	DIRETORA	
20.	MARILIA RODRIGUES UGRAS	SUPROF/ GAB	Assessoria / Interação com a comunidade	
21.				
22.				
23.				

PROJETO

**Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados
Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação
Profissional da Bahia**

***Subprojeto III – Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação
Profissional da Bahia***

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

**III OFICINA: DESENHO DO MODELO DE GESTÃO, MARCO
REGULATÓRIO, ESTRUTURA E INSTRUMENTOS**

Julho de 2011



SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO	03
II. DESCRIÇÃO DO EVENTO	04
1. TIPO DE ATIVIDADE	04
2. DURAÇÃO	04
3. PALESTRANTES	04
4. TEMAS TRATADOS	04
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	04
6. RECURSOS PEDAGÓGICOS	04
7. MATERIAL DIDÁTICO	04
III. PROGRAMA	05
IV. FOTOS DO EVENTO	06
V. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES	07
VI. ANEXOS: LISTA DE PRESENÇA	08

I. APRESENTAÇÃO

O presente relatório sistematiza os resultados da *III Oficina: Desenho do Modelo de Gestão - Marco Regulatório, Estrutura e Instrumentos*, realizada nos dias 07 e 08 de julho de 2011, na Fundação Luís Eduardo Magalhães - FLEM – Salvador – BA. Essa oficina faz parte do Subprojeto III – Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia, integrante do **Projeto: Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia, CONVÊNIO Nº 524/2008 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPROF – DIEESE.**

O objetivo desta 3ª oficina como última atividade programada no âmbito deste Produto 02 foi de elaborar a proposta final do desenho do modelo de gestão contendo as proposta de marco regulatório, estrutura e instrumentos para a construção do modelo de gestão da educação profissional da Bahia.

A atividade se inicia com o resgate e sistematização das discussões e contribuições acumuladas nas duas oficinas anteriores. Na parte da tarde foi apresentada a sistematização das normativas e demais informações das redes dos estados do Acre, Amazonas, Ceará, Paraná e São Paulo. Apresentou-se também o resultado final do mapeamento das autarquias e empresas selecionadas que fazem parte da administração indireta do governo do estado da Bahia. Ainda na parte da tarde foi apresentado o quadro referencial, que trouxe de forma sistematizada os elementos necessários para a discussão de um modelo de gestão próprio para a educação profissional do estado. Este quadro referencial fez uma comparação entre os modelos e características da administração direta e indireta, estabelecendo os desafios e as oportunidades, na escolha entre um ou outro modelo.

No segundo dia pela manhã foi dada a continuidade à discussão em relação ao modelo de gestão, tendo como base ainda o quadro referencial apresentado. Durante a discussão também foram apresentados diversos elementos e gargalos do atual modelo. Foi apresentada uma proposta de organograma da gestão, assim como uma proposta de regimento para a Suprof. A luz dessas discussões foi firmado o compromisso da equipe de gestores e técnicos da Suprof em se debruçar sobre o quadro referencial e fazer contribuições específicas de suas áreas nos pontos colocados e discutidos na oficina a serem encaminhadas ao DIEESE com o propósito de elaborar a proposta final a ser apresentada à Suprof.

Participaram da Oficina 9 gestores da equipe da Suprof. e, da equipe do DIEESE, participaram 3 técnicos, atuando como coordenadores e palestrantes, além de membros que deram suporte e apoio a atividade.

II. DESCRIÇÃO DO EVENTO

1. TIPO DE ATIVIDADE: Oficina

- **NOME:** III Oficina: *Desenho do Modelo de Gestão - Marco Regulatório, Estrutura e Instrumentos*
- **LOCAL:** Salvador-Ba
- **DATA:** 07 e 08 de julho de 2011

2. DURAÇÃO

- 16 horas

3. COORDENADORES

- Lavínia Maria de Moura Ferreira – Economista, Técnica do DIEESE e Coordenadora do Projeto.

4. TEMAS TRATADOS

- Proposta de Modelo de Gestão da Educação Profissional da Bahia
- Regimento da SUPROF
- Instrumentos de Gestão
- Estrutura de Gestão
- Marcos Regulatórios

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Sistematização da discussão das Oficinas Anteriores
- Quadro Referencial: Administração Direta X Administração Indireta
- Proposta de Regimento da Suprof

6. RECURSOS PEDAGÓGICOS

- Apresentação de *Slides*
- Troca de informações
- Debates e discussões em plenária
- Sistematização

7. MATERIAL DIDÁTICO

- *Lap top*
- *Data show*
- *Flip-Chart*

III. PROGRAMA

PROJETO SUPROF/DIEESE

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE DADOS ESTRATÉGICOS E DE FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

SUBPROJETO III – FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

III OFICINA: DESENHO DO MODELO DE GESTÃO - MARCO REGULATÓRIO, ESTRUTURA E INSTRUMENTOS

Salvador/BA – 07 e 08 de julho de 2011

Programa

Período/Dia	Manhã	Tarde
Dia 07/07	<ul style="list-style-type: none">• Abertura e Apresentação dos Participantes• Apresentação do programa• Resgate e Sistematização das Oficinas I e II	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação Quadro Referencial: Administração Direta X Administração Indireta• Discussão dos Desafios e Oportunidades entre os dois modelos de gestão
Dia 08/07	<ul style="list-style-type: none">• Discussão dos Desafios e Oportunidades entre os dois modelos de gestão (continuação)	<ul style="list-style-type: none">• Sistematização das atividades• Avaliação e Encerramento

IV. FOTOS DO EVENTO

CONVÊNIO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SUPROF nº 524/2008 – DIEESE

V. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Nº	NOME	ENTIDADE
1.	ANTÔNIO ALMERICO BIONDI LIMA	SUPROF
2.	CARLOS ALBERTO MENEZES	SUPROF /DIREPI
3.	CRISTINA KAVALKIEVICZ	SUPROF/DIRDEP
4.	LAVÍNIA MARIA DE MOURA FERREIRA	DIEESE
5.	MARIA DA GLÓRIA VIEIRA L. F. E PASSOS	SUPROF/DIRGEP
6.	MARIA VALÉRIA MONTEIRO LEITE	DIEESE
7.	MARIANA MIRANDA	SUPROF/GABINETE
8.	MARIANA RODRIGUES VERAS	SUPROF/GABINETE
9.	MARTHA MARIA RAMOS ROCHA DOS SANTOS	SUPROF/DIRPEP
10.	MARLENE VIRGENS PIMENTEL	SUPROF/DIRFIC
11.	NATÃ SILVA VIEIRA	DIEESE
12.	NEIVIA MARIA MATOS LIMA	SUPROF/GABINETE

VI. ANEXOS: LISTA DE PRESENÇA

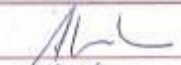


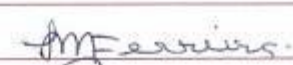


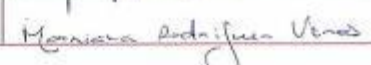
PROJETO: “DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE DADOS ESTRATÉGICOS E DE FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA”

SUBPROJETO III – FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

3ª OFICINA: DESENHO DO MODELO DE GESTÃO - MARCO REGULATÓRIO, ESTRUTURA E INSTRUMENTOS

LISTA DE PRESENÇA

09/08/07/11

Nº	NOME	ENTIDADE	CARGO	ASSINATURA
1.	ANTÔNIO ALMERICO BIODI LIMA	SUPROF	SUPERINTENDENTE	
2.	CARLOS ALBERTO MENEZES	SUPROF /DIREP	DIRETOR	
3.	CLÁUDIA OLIVEIRA DOS SANTOS	SUPROF/GAB	ASSESSORA TÉCNICA	
4.	CRISTINA KAVALKIEVICZ	SUPROF DIREP	DIRETORA	
5.	GLADIMIR ARAUJO FERREIRA	SUPROF/GAB	COORD. DE COMUN. E EVENTOS	
6.	LAVÍNIA MARIA DE MOURA FERREIRA	DIEESE	COORDENADORA	
7.	MARIA DA GLÓRIA VIEIRA L. F. E PASSOS	SUPROF/DIRGEP	DIRETORA	
8.	MARIA RENILDA DALTRO MOURA	SUPROF/GAB	ASSESSORA	
9.	MARIA TERESA DE LEMOS VILAÇA	SUPROF/DIRDEP	DIRETORA	
10.	MARIA VALÉRIA MONTEIRO LEITE	DIEESE	COORDENADORA SUB I	
11.	MARIANA RODRIGUES VERAS	SUPROF	ASSESSORA	

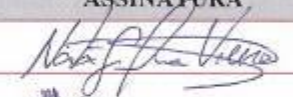

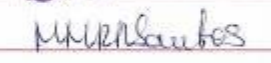
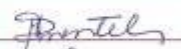

PROJETO: "DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE DADOS ESTRATÉGICOS E DE FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA"

SUBPROJETO III – FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

3ª OFICINA: DESENHO DO MODELO DE GESTÃO - MARCO REGULATÓRIO, ESTRUTURA E INSTRUMENTOS

LISTA DE PRESENÇA

07.08 / 07 / 11

Nº	NOME	ENTIDADE	CARGO	ASSINATURA
12.	NATÁ SILVA VIEIRA	DIEESE	TÉCNICO	
13.	NEIVIA MARIA MATOS LIMA	SUPROF/GAB	COORD. DE PLANEJ. E DOCUMENTAÇÃO	
14.	MARTHA MARIA RAMOS ROCHA DESSANTIS	SUPROF/DIREP	DIRETORA	
15.	Martene Soares Pinheiro	SEC/SUPROF/DIREP	Coordenadora	
16.	Mariana Miranda	SUPROF/GAB	Assessoria técnica	
17.				
18.				